



Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, na sala da Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-Vinda a Liberdade, sito na Rua Fruto do Nosso Trabalho N.º 9 – Faralhão, Freguesia do Sado, uma sessão ordinária descentralizada da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em substituição, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha.

## I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

### a) Chamada

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Nuno Miguel Batista Lopes e Pedro Acácio dos Santos Soares.

**Partido Socialista** – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, António Manuel Baptista Dias e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

**Partido Social Democrata** – António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

**Bloco de Esquerda** – Vítor Manuel Freitas Rosa e João Pedro Oliveira Santos.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Maria Suzel Costa Sousa.

**Centro Democrático Social** – João Paulo Barros Viegas.

**Presidentes de Junta** – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

#### **b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Yolande Paule Juliette Cloetens, Anita da Conceição Birrento Vilar, Marta Sofia Lourenço Pereira e Maria da Graça Santos Andrade conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Maria João Teigas Santos Palma, José Luís do Rosário Barão, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha e Elisabete Maria Martins Cavaleiro conforme documentos registados sob os n.ºs 5 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Partido Social Democrata apresentou pedido de substituição Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição, a Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão Celestina Maria Agostinho Brito Neves, tendo sido substituída pela secretária do executivo Graça Maria Pereira, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

#### **c) Substitutos e sua posse**

Chamado cidadão que se segue na lista da CDU, Manuel Fernando das Neves Rebelo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado cidadão que se segue na lista da CDU, Esmeralda da Costa Marques, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Graciete Maria da Conceição Vasco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.



Chamado cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**d) Faltas**

Faltou o Sr. Deputado João António Vicente.

**e) Projeto de ata**

**N.º 3/2018 – Sessão ordinária realizada a 27/04/2018**

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

**II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo**

**Presidente da Mesa** – Estamos hoje na Freguesia do Sado, iniciando um processo de sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, é uma forma de estarmos mais próximos das populações, dos seus problemas e das suas aspirações.

A população da Freguesia do Sado, poderá, se assim o entender, ter maior facilidade em vir à Assembleia Municipal colocar as suas questões ou, pelo menos, ver como é que funciona uma Assembleia Municipal, para os que ainda não tiveram oportunidade de assistir ou para os que possam já estar esquecidos.

Quero saudar, em nome da Assembleia Municipal, toda a população da Freguesia do Sado e todos os seus eleitos da Assembleia de Freguesia, da Junta de Freguesia e, de acordo com o entendimento que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal teve, de neste início dos trabalhos dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para nos dizer quais são as questões que mais o preocupam ou que mais o alegram, pelo facto de ser Presidente da Junta de Freguesia do Sado e dar essa informação aos deputados municipais.

**Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado)** – Cumprimentar o Sr. Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal e os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas de todos os Grupos Políticos Municipais.

Obrigado por me concederem este tempo para fazer a primeira intervenção e desejar-vos que esta noite neste salão da Cooperativa de Habitação Bem-vinda a Liberdade, que gentilmente nos cedeu o espaço para estarmos aqui, uma organização de Abril, e naturalmente que é também com orgulho que aqui estou e que aqui estamos todos, porque aqui também se comemora Abril nesta linda sala.

Cumprimentar também todo os trabalhadores da Câmara Municipal e os seus técnicos, a comunicação social e cumprimentar também o público aqui presente e também os membros eleitos na Assembleia de Freguesia e no Executivo da Junta de Freguesia do Sado.



Sendo esta uma autarquia de Abril, ela nasce por uma proposta do PCP na Assembleia da República em que foi criada a Freguesia do Sado e a Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra no mesmo dia.

A Freguesia do Sado tem 65,5 Km<sup>2</sup>, tem uma população na ordem dos 5.800, 6 mil habitantes e tem um eleitorado na ordem dos 4 mil eleitores.

Tem um orçamento da junta na ordem dos 575 mil euros, e estes valores tem a ver com o que a Câmara Municipal de Setúbal apostou na Junta de Freguesia e tem a ver com a descentralização de competências para as juntas de freguesia.

Estamos perante uma freguesia à beira-mar plantada, neste caso à beira do nosso rio, temos uma forte gastronomia a par da cidade onde destacamos o choco frito, o ensopado de enguias, o peixe assado e, naturalmente, uma referência também ao saboroso, gostoso e afamado pão do Faralhão. Tudo isto faz da nossa freguesia um ponto importante.

Monumentos importantes a visitar, como o Moinho da Maré da Mourisca, que recentemente foi uma aposta para melhorar e que foi uma obra de investimento da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia que também se associou, e um Moinho novo na Península de Mitrena e a Ermida de Santa Catarina.

Para além desta parte dos monumentos, tínhamos aqui uma forte presença da exploração da ostra e do sal e hoje, infelizmente, a exploração do sal deixou de ser uma realidade e passámos a ter alguma piscicultura e ostricultura. Na década de 60 a exploração da ostra era muito forte, fez-com que se deslocasse muita gente para esta região e também para se fixarem na zona industrial, porque estamos na freguesia mais industrializada do concelho de Setúbal. Como sabeis está aqui na Península da Mitrena a maior concentração de grandes e médias empresas da nossa região.

A par desta ação, a Junta de Freguesia do Sado aceitou trabalhar com a Câmara Municipal na área da descentralização, porque antigamente estávamos para além da vista, agora passámos a estar enquadrados dentro do ângulo da visão.

A partir desse momento em que passámos a estar enquadrados na visão com esta ferramenta de protocolos de descentralização de competências, passámos a ter um serviço de limpeza diário, algo que até aqui não havia, a recolha do lixo diária, o tratamento dos jardins, a varredura manual e mecânica, a desinfestação, a deservagem, o tratamento das nossas escolas, a sinalização de trânsito, a toponímia e agora neste novo protocolo com o tapa buracos, que ainda hoje procedemos a essa ação do nosso trabalho.

Apostados no desenvolvimento da região, no desenvolvimento do concelho e, naturalmente, com os olhos postos no desenvolvimento da nossa freguesia, razão pela qual fiz a primeira referência em relação à Cooperativa de Habitação Bem-Vinda à Liberdade, e foi esta cooperativa que também deu asas a que esta zona do Faralhão, Praias do Sado, Morgada e Chamburginha passasse a ter zonas urbanizadas.

Essa é uma das nossas preocupações e que tem a ver com as Augis que hoje estão fixadas aqui da Freguesia do Sado ainda por legalizar e na altura quando a cooperativa foi criada veio dar aqui a esta parte do concelho um ordenamento do território e que hoje, também, é uma mais-valia para o concelho e para as pessoas que aqui habitam.

Naturalmente que temos outras preocupações e que queremos ver resolvidas e que tem a ver também com a Estrada Nacional 10-8 e que gentilmente foi introduzido na ordem de trabalhos.

Outra preocupação que temos também é com o alargamento da ponte seca, assim designada, que é uma passagem aérea ferroviária que é muito estreita, o que a torna numa zona de conflito de trânsito e de acidentes.



A par destas nossas preocupações, que tem a ver também com o desenvolvimento, é a Caixa Geral de Depósitos. Como todos se lembram a população levantou-se em peso em defesa para que a Caixa Geral de Depósitos aqui se mantivesse a trabalhar e disponível para os seus cidadãos. Esta luta foi, digamos, feita com muita força, com muita veemência, foi uma luta ganha, porque a população se juntou e deu voz à sua luta e naturalmente que fomos ouvidos e a Caixa Geral de Depósitos mantém-se ainda hoje de portas abertas, enquanto outros cidadãos noutras partes do país lutam para que estas agências não fechem. As agências da Caixa Geral de Depósitos são património do Estado, têm dinheiros públicos e devem estar de portas abertas.

Ainda outras preocupações que temos e que têm a ver com as questões sociais. Estamos preocupados com o trabalho da Segurança Social nesta freguesia, estamos carentes de um Centro de Saúde, de um Centro de Dia, carentes de uma atividade social muito importante.

Recordar aqui que, ainda ontem, falávamos disto na junta e na assembleia, que quando o Governo retirou as Assistentes Sociais da Freguesia do Sado e da Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra e de todas as freguesias, foi um golpe duro para estas populações e hoje sentimos esse efeito negativo de não termos as Assistentes Sociais a trabalhar na área da nossa freguesia.

Naturalmente que é uma luta que temos que voltar a travar para que a área social esteja próximo dos cidadãos, tal e qual como fez a Assembleia Municipal hoje que desceu à Freguesia do Sado e veio junto das populações para fazer uma assembleia descentralizada.

Em relação às Assistentes Sociais, à parte social, é uma lacuna muito grande e uma situação que muito preocupa o executivo da junta.

Há outras preocupações que temos vindo a lutar e que têm vindo a melhorar que tem a ver com o Centro de Saúde, hoje Unidade de Saúde Familiar. Foi uma luta que travamos, porque não havia médicos suficientes para a nossa população e hoje esta situação foi alterada, melhorou um pouco, mas ainda há falhas no sistema de disponibilidade de consultas a tempo e horas para os nossos utentes.

Naturalmente que é uma freguesia em que a sua população é muito idêntica àquilo que é a do país, é uma população também que tende a envelhecer bastante e que é uma preocupação enquanto membro da Assembleia de Freguesia por inerência do cargo e para nós enquanto autarcas da freguesia.

Em relação à ligação existente com as populações, dizer que temos vindo a trabalhar na melhoria da rede pedonal e na construção de passeios, sempre em parceria com os nossos fregueses, em que eles se disponibilizam também para colaborar, trabalhar e doar parte de parcelas de terreno para construirmos os passeios. Há um diálogo permanente, mesmo quando algumas parcelas de terreno em que a cedência é significativa ganha o proprietário do terreno, ganha a freguesia, ganham os utentes e ganhamos todos nós. É também uma forma de aproximação e tem a ver com o que é hoje a descentralização de competências, ou melhor dizendo, os acordos interadministrativos de execução.

Outros valores importantes, que tem a ver também como a Câmara Municipal trabalha connosco, é haver um gabinete disponível para trabalhar com as freguesias e esta porta de ligação aos serviços está aberta, em que os serviços do município hoje olham para a Freguesia do Sado e para as outras de uma forma muito presente, muito profissional, muito atenta e também muito responsável na tentativa de resolver os problemas.

Senhor Presidente, Srs. Deputados e Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, o “Ouvir a população, construir o futuro” é exatamente um exemplo daquilo que é importante para nós, enquanto freguesia. Este levantamento dos 255 pontos levantados que neste projeto “Ouvir a



população, construir o futuro” muitos deles já estão executados por força da vontade e da determinação.

Não me quero alongar mais, obrigado por estes minutos e desejar-vos que se sintam bem na Freguesia do Sado e voltem sempre, mesmo que seja para nos encontrarmos na parte comercial e que certamente o nosso comércio muito vos agradece. Obrigado.

**Presidente da Mesa** – Obrigado Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, pelas informações e pelo ponto de situação que nos fez aqui de aspetos significativos da freguesia e da sua população.

Obrigado pela recordatória de vários assuntos que todos nós conhecemos e que alguns deles, infelizmente, se arrastam. Pelo conhecimento que tenho, tanto a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia do Sado e a própria Assembleia Municipal têm chamado a atenção das entidades competentes para que esses assuntos não fiquem esquecidos. Esta é também uma oportunidade para que eles aqui sejam recordados e para que, com mais determinação, mais força possamos levar a bom porto essas reivindicações tão importantes, como é o acesso a Praias do Sado e que, de facto, é uma questão que se arrasta há bastantes anos.

Irei dar a palavra aos senhores deputados e às senhoras deputadas para fazerem intervenções sobre assuntos de interesse relevante para o município e também para colocarem as questões que entenderem ao executivo municipal.

**Manuel Fernandes (PS)** – É com enorme agrado que posso dizer, no meu caso, que é um regresso à Freguesia do Sado, concretamente à Cooperativa do Faralhão, sítio onde fui sócio, onde fui militante desta freguesia e onde também tive aqui um projeto de vida que, entretanto, foi interrompido. É com imenso agrado que aqui regresso.

A questão que quero colocar prende-se com o seguinte, na Assembleia Municipal do dia 27 de março último, o Sr. Vice-Presidente reconhecendo que recebendo de forma ilegítima a taxa municipal de proteção civil afirmou que os reembolsos inferiores a mil euros iriam ser de imediato devolvidos. Afirmou mesmo que o problema seria até mais fácil de resolver do que em Lisboa, no entanto, a altura em que proferiu estas palavras Lisboa já tinha pago 22 milhões de euros. Os contribuintes, nomeadamente os comerciantes, têm-nos questionado sobre o ponto de situação do reembolso da taxa municipal de proteção civil e para quando a devolução do dinheiro que foi pago de forma ilegítima.

**Vitor Rosa (BE)** – Também para mim é um bocado o regresso aqui a esta casa.

São duas as perguntas a colocar aqui ao executivo, relativamente a duas matérias diferentes.

Foi aprovada por unanimidade em 19 de abril deste ano, na Assembleia de Freguesia de São Sebastião, uma moção para a necessidade urgente da construção de um novo Centro de Saúde de São Sebastião, sendo a mesma remetida, após aprovação, para diversas entidades entre as quais a Câmara Municipal de Setúbal.

Perguntamos se a mesma foi rececionada nos serviços competentes da câmara e se já foram tomadas algumas diligências pelo executivo sobre esta matéria junto à ARS do Ministério da Saúde.

A outra prende-se com a Freguesia do Sado, sendo importante o tema trazido aqui pelo Sr. Presidente desta junta, é certo que o mesmo não esgota as necessidades de melhoramento das acessibilidades dentro da própria freguesia, pelo que perguntamos se no âmbito da iniciativa “Ouvir a população, construir o futuro”, um levantamento feito já este ano aqui na freguesia,



em relação à Rua da Torralta e à Rua Ferreira de Castro, se está previsto um asfaltamento ou melhoria das condições destas duas ruas.

A Rua da Torralta continua com sucessivos remendos efetuados ao longo de décadas e a Rua Ferreira de Castro, no troço que se inicia junto às antigas instalações da PRECOL e termina junto à Igreja das Praias do Sado, continua aberta ao trânsito em condições deploráveis, resolvendo-se a situação com a colocação pontual de gravilha para tapar os buracos.

**António Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Em primeiro lugar quero saudar a realização desta assembleia descentralizada, que julgo ser uma boa maneira de ouvirmos de forma mais próxima e vivermos os problemas das populações.

Quanto às questões a colocar ao executivo, uma delas prende-se com, e porque passei agora quando vinha para aqui na rotunda do poder local, a falta de uma sinalização de perigo de proximidade de rotunda nas três vias.

A outra questão tem a ver com a segurança rodoviária, é a constatação de que a cidade e outras vias municipais carecem de pinturas na sinalização horizontal e que, para ser algo de menos importância é fundamental para a segurança rodoviária que nos aflige nas estatísticas.

**Manuel Esteves (PS)** – Cumprimento toda a assembleia na sua pessoa e passava aos pontos mais importantes que tenho aqui para apresentar, mas antes de mais quero falar em nome da bancada do Partido Socialista e congratular-nos com a grande ideia que teve a assembleia em fazer a descentralização desta sessão.

No entanto, como azeitonense, faço aqui o desafio e pedir se poderiam fazer uma sessão descentralizada lá na minha aldeia, em Azeitão. Começam por uma extrema e terminavam na outra extrema.

Quero, como azeitonense, apresentar uma grande preocupação que nos tem levado a um grande descontentamento por causa da devastação que tem havido nas árvores em todas as localidades em Azeitão, começando pela pior de todas que é Pinhal de Negreiros.

Sendo Pinhal Negreiros já falado por mim noutras assembleias, quero dizer que foram abatidas junto a esses pinheiros, árvores com mais de 100 anos. Isto é inacreditável, porque Azeitão era conhecida, e chamo a atenção que tem sido o centro de refúgio de toda a parte Norte que nós temos de Lisboa para vir para Azeitão, derivado ao nosso arvoredo, à frescura e à qualidade de vida que Azeitão oferecia em contrapartida da sombra dessas árvores.

Estou um bocado nervoso, uma vez que estou muito chateado com isto, porque nunca tive aqui uma informação que me justificassem qual o motivo que estavam a derrubar aquelas árvores que vi nascer e outras que já tinham mais anos do que eu e já tenho 64 anos.

Senhor Presidente, esta é uma preocupação muito grande que temos, inclusive, até houve uma justificação em que disseram que era por causa das raízes das árvores que estavam a dar conta dos pavimentos, dos canteiros e do arvoredo. No entanto há quem diga também que vão agora estudar a forma de vir a ser novamente plantadas.

Então pergunto, se tiraram aquelas com 100 anos e agora vão plantar outras, será que desta vez vão plantar árvores em Azeitão com as raízes para cima? É porque se as meterem com as raízes para baixo irão continuar a levantar o chão e continuar a dar conta de tudo o que são canteiros.

A minha preocupação é esta e não queria deixar de demonstrar o meu descontentamento em relação a esta situação.



**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Cumprimentar na sua pessoa, todos os membros desta assembleia e cumprimentar diretamente o público aqui presente e em grande número, o que é ótimo para a democracia que se quer no concelho de Setúbal.

Muito sucintamente, a Câmara Municipal de Setúbal veio apresentar que irá realizar obras e levar o saneamento básico às praias de Albarquel, de Galapos e de Galapinhos. Nós queremos que este concelho esteja sempre no primeiro mundo e não no terceiro, só podemos concordar que seja levado o saneamento básico às praias, como é evidente, mas antes de se levar o saneamento básico às praias, temos que olhar aqui, por exemplo, para a Freguesia do Sado e para a falta de saneamento que ainda hoje existe.

Temos, por exemplo, na Estrada da Morgada, aqui bem perto, que foi alvo de obras de asfaltamento antes das eleições, mas que se esqueceram de pôr o saneamento básico e quando necessitarem de realizar as obras vão ter que destruir o asfalto. Temos também aqui bem perto, no Vale da Rosa, a falta de saneamento básico, mas vamos levar o saneamento básico às praias.

Também na Gâmbia, onde quase 50% da população não tem saneamento básico, vamos levar o saneamento básico às praias, mas não o levamos a quem paga IMI na taxa máxima e isso para mim é uma grande preocupação.

Sei que me vão dizer que vão fazer obra, então vamos começar a calendarizar para quando é que vamos fazer verdadeiramente e resolver esta situação das populações, porque elas primeiro é que têm que ser o alvo das medidas camarárias.

A segunda pergunta que quero aqui fazer é também referente à Freguesia do Sado, para quando vamos fazer ou completar os passeios na Estrada da Morgada.

Fizeram as obras, asfaltaram o terreno, mas deixaram as pessoas a circular na estrada com o perigo que é com os carros que circulam ali todos os dias e a terem de parar para que as pessoas possam circular em segurança ou ao contrário.

**José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra)** –

A Freguesia do Sado é para mim, como Presidente da Junta de Freguesia da Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, uma freguesia vizinha e irmã. É um prazer e um grande orgulho e felicitar o executivo por esta feliz ideia da Assembleia Municipal descentralizada. É uma maneira de todos os deputados e do executivo estarmos mais perto da população. Costuma-se dizer que quando Maomé não vai à montanha, vai a montanha a Maomé, e hoje estamos aqui nesta sala, nascida do 25 de Abril, a realizar um dos eventos mais interessantes para a população de Setúbal.

Dizer também que na Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra partilhamos aquilo que aqui foi dito pelo meu colega e camarada Manuel Véstias, porque também nós sentimos o mesmo problema. O mais grave em relação à Ação Social, é que nós nem temos Centro de Saúde, os transportes praticamente pouco existem, não somos servidos por carreiras urbanas, temos uma população muito envelhecida, com muitas dificuldades, por vezes, de utilização de transportes para se deslocarem ao Centro de Saúde de Vale do Cobre.

São lacunas graves que temos na nossa freguesia e também fazemos aqui um apelo para que o executivo camarário, com a nossa ajuda, possamos tentar resolver esta questão que bastante utilidade tem para as nossas populações.

Dizer-vos também que em relação, ao que já foi aqui falado pelo Sr. Deputado Pedro Vieitas Antunes em relação ao saneamento básico na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que esta questão está a ser resolvida pelo executivo, quer da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia. Já iniciámos e está em fase terminal e em fase de testes a primeira fase, que dá início à segunda fase que irá começar brevemente. É com muito gosto que aqui partilho esta





questão e esperamos, fazemos força e temos confiança que muito em breve este problema será resolvido.

**Carla Vilhena (PPD/PSD)** – É sempre bom fazer estas assembleias municipais descentralizadas de maneira a que a população possa estar mais presente e possa de alguma forma participar.

A questão que coloco ao executivo é sobre o que se fala das obras que irão iniciar ou não na Avenida 22 de Dezembro, sendo que o objetivo, há uns anos atrás quando se fez na Avenida Alexandre Herculano, era fazer ali uma rotunda em que a parte central seria o Jardim do Bonfim e a antiga Escola Comercial, agora Sebastião da Gama.

Se está previsto essas obras iniciarem neste Verão, como se diz, e o que é que será realmente que vai ser realizado nessas obras.

### **b) Intervenção do Executivo**

**Vice-Presidente da Câmara** – Em nome do executivo municipal também quero congratular-me pela realização desta assembleia descentralizada aqui na Junta de Freguesia do Sado, que é um primeiro passo importante da descentralização de funcionamento dos órgãos e julgamos que é a aproximação do funcionamento normal dos órgãos do município às populações, facilitando a sua participação e observação de como funciona a democracia local. É sempre importante e, por isso, saudamos a assembleia por ter decidido esta realização.

A propósito da descentralização, estas assembleias também permitirão um maior enfoque nos problemas da zona onde estão a ser realizadas. Aqui, como já se percebeu pelas intervenções feitas, são os problemas da Freguesia do Sado, são os problemas da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra os primeiros a serem colocados sem prejuízo dos outros, mas há aqui uma oportunidade de tocar estes problemas de forma mais direta.

Quanto às questões colocadas, o Sr. Deputado Manuel Fernandes questionou sobre a devolução da taxa municipal de proteção civil, mas quando dissemos que íamos tratar, já a Câmara Municipal de Lisboa tinha devolvido. A câmara estava a preparar a devolução, tinha decidido a devolução, mas não tinha feito essa devolução toda e não é essa a disputa que importa, o que importa é que está assumido e está feito e será feito.

A devolução vai ser feita na totalidade, já foram feitas devoluções e outros estão a ser, mas os de volumes financeiros com taxa maior está a ser tratado o calendário da devolução e esse processo nunca parou, não está completada a devolução, mas está em andamento.

A questão do Centro de Saúde de São Sebastião, ó senhor deputado Vítor Rosa, muito antes de haver posições quer da Assembleia de Freguesia ou da Assembleia Municipal que tenham sido repetidamente feitas sobre o Centro de Saúde de São Sebastião já a câmara vinha fazendo diligências há já muito tempo.

Não houve uma novidade por haver uma posição numa assembleia e que a partir daí é que se começaram a fazer diligências. Perguntaram porque é que fizeram isso? Até dá a impressão que a Câmara e a Assembleia Municipal, a Junta e a Assembleia de Freguesia estavam a dormir sobre o assunto.

Nunca estivemos, o que não há é uma disponibilidade de financiamento para a construção dos necessários Centros de Saúde. Isso acontece não só em São Sebastião, acontece também em Azeitão e aqui nesta Junta de Freguesia do Sado como acabaram de referir.

O país está carente da necessidade de construção de Centros de Saúde e a afetação dos dinheiros públicos que é feita pelo Governo não tem sido suficiente para isso.



A propósito, há aqui uma pequena informação que pode ser adicionada a uma recente alteração, tal é a carência, no âmbito dos fundos comunitários que estão a ser geridos no pacto da Área Metropolitana de Lisboa. Acabou de ser feita uma reafectação de verbas, foi retirada uma parte de verbas que estavam a ter pouca utilização do Fundo Social Europeu para serem devolvidas às áreas do FEDER para a construção de Centros de Saúde. São 1 milhão e pouco de euros, não é uma grande coisa, mas vai acudir a carências mais prementes e quase todos os concelhos da área estão com necessidades de construção de Centros de Saúde.

A situação é esta e está dependente do investimento central, agora tomamos atenção e imagine-se o que será quando esta responsabilidade da manutenção e construção de Centros de Saúde for descentralizada na totalidade para as autarquias. Será que virá o dinheiro necessário para a construção? É outra batalha, mas cabe-nos a nós, eleitos na Câmara, na Assembleia e nas Freguesias tomar uma posição muito assertiva em relação à necessidade dos meios indispensáveis para a construção destes equipamentos básicos para a qualidade de vida das populações.

O município já deu conhecimento que há terrenos disponibilizados e a Presidente da Câmara diz muitas vezes *“Um dia vou a Azeitão e ponho lá uma placa a dizer: A Câmara deu o terreno, mas o Centro de Saúde não está construído”*, vou a São Sebastião e *“Câmara dá o terreno, mas o Governo não constrói”*.

Estão cedidos os terrenos, não são diligências, são ações concretas para que se faça o caminho para a construção dos centros.

Uma outra virtude destas assembleias é que ajudam a completar o programa *“Ouvir a população, construir o futuro”*. O executivo vem às freguesias, levanta as necessidades e os problemas e depois planeia com as juntas, ao longo do mandato, a sua priorização e a resolução dos problemas.

Se a Rua da Torralta ou a Rua Ferreira de Castro vão ser asfaltadas, está identificado, se não estivesse ficava agora identificado pelo Sr. Deputado Vítor Rosa e acrescentaríamos, se fosse necessário, ao levantamento do programa *“Ouvir a população, construir o futuro”*. Estará na lista de prioridades do conjunto das muitas intervenções que são sempre necessárias fazer.

O Sr. Deputado Costa Ferreira é o nosso fiscal de trânsito e agradeço a sua disponibilidade. A rotunda está sinalizada, mas há sempre um sinal ou um traço que falta e o nosso deputado Costa Ferreira não deixa de apontar isso. Como nota sempre na cidade, também nota na periferia e cumpre em toda a área do concelho a sua fiscalização, missão fiscalizadora da sinalização de tráfego. Faz muito bem e agradeço, está referido, está recolhida à observação, vamos tentar pintar mais para parecer mais bonito. Mais bonito não, mais útil. Mas é verdade, há muita falta de pinturas.

Quando pintarmos já não é por ser mais bonito, é por ser necessário, porque diz-se *“mais bonito”* quando é feito antes das eleições, como já passaram é mesmo por ser necessário.

O Sr. Deputado Manuel Esteves assustou-me um pouco, acredite que não fica mais sensibilizado pelo abate das árvores do que eu, falo por mim, e acho que podemos dizer que é por todos.

Claro que Azeitão é uma zona bucólica, é uma zona conhecida pela reflorestação frondosa e quando se decidiram medidas, após as catástrofes do ano passado dos incêndios, não foi para dar cabo das zonas frondosas, não foi para abater matas, não foi para estragar árvores centenárias. O senhor disse que foram abatidas uma série de árvores centenárias e disse que em todas as localidades de Azeitão.

A intervenção foi feita em Pinhal de Negreiros, que é uma zona de pinhal envolvendo uma urbanização, foi decidido e definido em função das identificações de necessidades de proteção das pessoas, dos moradores, dos residentes, de proteção de eventual risco de incêndio pela



proteção civil e com a participação dos serviços dos espaços verdes que identificaram as árvores, além da questão da proximidade dos prédios que estavam também em risco de proximamente ou médio prazo de queda por apodrecimento, por doenças. Cerca de metade, foram abatidas mil e tal árvores. Metade dessas mil e tal foram por razões fitossanitárias, portanto, elas já estavam com o tronco apodrecido. Foram todas verificadas, foi uma medida tecnicamente pensada, não foi feito nenhum abate indiscriminado a tudo.

Como sabe e como sabemos todos, há árvores que são mais facilmente propagadoras de incêndios, mais combustíveis, e há outras que até retardam os incêndios.

Nós temos uma reflorestação na Arrábida de arbustos autóctones que são até muito resistentes aos incêndios, mas são arbustos não são árvores de grande porte. A Arrábida não tem, mas curiosamente até medronheiros de grande porte anormais e extraordinários de árvores de 7 e 8 metros que estão ali na Quinta da Comenda e que são exemplares, fenomenais, fantásticos.

No geral, não temos o carvalho cerquinho que é muito resistente aos fogos, temos os arbustos, temos o folhado, o medronheiro e uma série delas que podem recompor a massa florestal envolvente com muito menos risco de incêndio e com menos criação de matéria combustível. É essa a intervenção, não é uma intervenção inopinada sem pensar em nada, sem querer saber, e que vão estragar a floresta em Azeitão.

Faça o favor de reconhecer que ninguém caía daí abaixo, apesar de ser sempre chocante o abate de árvores, é sim senhor, choca a todos, mas são as medidas que têm que ser tomadas, um inconveniente contra outro inconveniente. O que é que pesa mais, a segurança das populações ou o agradável que é ter muitas mais sombras? É disso que se trata ali.

Agora vamos investigar quais é que são essas árvores centenárias, porque pinheiros é pouco provável, mas pode ser, devem ser outras, mas depois se nos conseguirem ajudar a identificar que tipo de árvores e em que local para vermos o que é que está a passar, não haja algum deslize, mas elas foram todas identificadas.

O Sr. Deputado. Pedro Vieitas, tem o hábito de fazer algumas perguntas tortas, mas vou-lhe dar respostas direitas, perdoou-me o ver-sejar.

Perguntou, de forma um pouco enviesada, logo torta, sobre o saneamento em Albarquel, porque lhe informámos o que é que vamos fazer em Albarquel.

Não, a câmara não vai fazer só o ordenamento do estacionamento, não vai só impedir que os carros ligeiros andem a circular de qualquer maneira e a estacionem nas bermas da estrada, vai também remodelar e requalificar a área e vai investir em saneamento básico, como já está a fazer em Albarquel, como há de fazer na Figueirinha. Vai fazer aquilo que as entidades responsáveis até hoje, até esta data nunca fizeram e abandonaram.

Claro que é com o maior dos oportunismos que o senhor diz *“Ai fazem saneamento ali, uma ETAR ali, e então na Gâmbia e no Sado?”* Quando fizermos no Sado o senhor dirá *“Ai fazem no Sado e então em Pinhal de Negreiros ou noutra local qualquer onde falte?”*. Ó meu caro, o senhor se conseguir ter um autarca que resolva assim em 2, 3 ou 4 anos, todas as necessidades do território do município seria, com certeza, extraterrestre.

Nós não somos extraterrestres, somos pessoas normais e vamos tendo que resolver as carências da população à medida das disponibilidades que nós temos para fazer investimento e considerando as prioridades, onde é que está o maior volume de pessoas a necessitar de uma intervenção. Veja-se a afluência de milhares e milhares todos os anos em concentração às praias e nunca ninguém aqui veio criticar e os seus não se lembraram e aquelas zonas não têm saneamento tratado. É espantoso é como até agora nunca se lembraram de dizer que vão à praia milhares de pessoas e não há saneamento tratado. Nunca repararam nisso? No mês, no ano em que a câmara toma posse e tem a possibilidade de intervir diretamente o senhor aponta



o dedo, “*Fazem ali, mas não fazem acolá*”. Não me parece honesto, mas é a minha opinião, é a minha apreciação.

Os passeios na Estrada da Morgada também é uma repetição do complemento que, felizmente faz parte do levantamento feito no “Ouvir a população, construir o futuro”. Em matéria de passeios construídos a Junta de Freguesia do Sado tem um catálogo muito vasto para lhe mostrar. Sugeria-lhe que pedisse ao Sr. Presidente da Junta que o levasse a dar algumas voltas na freguesia para ver obras que têm sido feitas e também na Gâmbia em várias zonas de passeios, que é um dos bons exemplos da descentralização que temos feito, que temos executado.

Aqui há pouco estava-me o Sr. Vereador Ricardo Oliveira a lembrar ao ouvido que está feita agora uma distribuição daquilo que é previsível ser distribuído em funcionários e em verbas para as autarquias na descentralização de competências do Governo para as autarquias.

Ainda não vi o documento, parece que apareceu ontem, e estava-me a falar em dois milhões e qualquer coisa de euros para as áreas fundamentalmente da educação e da saúde. E a câmara ficará com um quadro acrescido de 500 funcionários.

Nós estamos, sem esta descentralização, a distribuir para as freguesias 3,5 milhões por ano.

Nem sequer se atinge o valor daquilo que vai vir de novo de responsabilidades, não é do que já cá temos, é do que vai vir de novo de responsabilidades. Nós não estamos atrasados em relação à matéria da descentralização e da transferência dos respetivos meios necessários para que as intervenções se façam localmente pelas juntas de freguesia em melhores condições.

Vou terminar de imediato, não referindo o que disse o Sr. Presidente da Junta de Gâmbia, José Belchior, mas apenas como referência à questão da Sra. Deputada Carla Vilhena sobre as obras da Avenida 22 de Dezembro e à rotunda. As obras já arrancaram, está à vista de todos, nós até já temos que ir dar a volta por outros lados. O que se está a fazer ali é mais uma grande intervenção estrutural que durante muito tempo, ou seja, já devia ter sido feita na primeira época de infraestruturas de saneamento público e que está agora a ser feito finalmente.

Não foi feito, porque a entidade constituída para fazer essas obras, que foi a Simarsul, não fez e a câmara está a fazê-la expensas suas e é o saneamento da Ribeira do Livramento e da Ribeira da Figueira que vai conduzir todo o saneamento à ETAR do Bonfim e agora a esta ETAR, que é a obra a que se está a referir nos combatentes, para todo o saneamento ser conduzido a esta ETAR central da Cachofarra.

Todo o saneamento, depois dessa obra da cidade, ficará tratado e não vai para o rio. Esta obra tem essa importância.

A rotunda, que vão ser duas, uma de cada lado, será posterior à obra do subsolo, das condutas e depois é o fecho da obra, agora ainda estamos a fazer os trabalhos debaixo da terra para resolver a questão do saneamento e ficar então completa e só depois iremos fazer as obras de circulação viária, que são as mais simples, mas que também vão facilitar bastante ali o trânsito, com uma no lado dos combatentes e a outra junto à Boa Morte.

### **c) Saudações, Votos e Moções**

Apresentação da Moção do BE “O acordo e o dito por não dito”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

#### **“Moção**

##### **O acordo e o dito por não dito**

*Portugal assiste há décadas a um movimento longo de desregulação das relações de trabalho e de precarização. O desmantelamento da contratação coletiva, a generalização dos vínculos precários, a passividade das autoridades públicas perante o abuso foram os grandes traços da evolução do mercado de trabalho em Portugal. Para esta evolução contribuiu a direita, mas também e de forma decisiva o PS.*

*O pacote que negociou e aprovou na concertação social com os patrões e a UGT e apresentou no parlamento é só mais uma confirmação (se ainda fosse necessária) que o PS quando tem que escolher entre o trabalho e o capital nunca se engana, escolhe sempre o mesmo lado, o dos patrões.*

*Em Março, o governo apresentou finalmente a sua proposta de alteração ao Código de Trabalho na concertação social. Ela incluía medidas positivas negociadas para limitar os contratos a prazo e concretizava um princípio de limitação do trabalho temporário. A mesma proposta revelava as suas insuficiências, pois que relativamente às horas extra, férias, despedimentos, contratação coletiva, reposição do princípio do tratamento mais favorável, turnos, o governo era omissivo e tal omissão era plena de significado, revelava que o governo não queria mexer em nada de substancial do que tinha sido feito pela direita.*

*Agora, em Junho, o acordo que apadrinhou na concertação social para se entender com os patrões, negociou um conjunto de normas que habilidosamente esvaziavam as alterações de combate à precariedade que tinham sido negociadas, nomeadamente com o Bloco de Esquerda.*

*O governo fez uma escolha e o resultado foi o seguinte:*

*Os patrões foram mimoseados com o faseamento do fim do banco de horas e das restrições aos contratos a prazo; banco de horas grupal fora da contratação coletiva; alargamento para 180 dias do período experimental de jovens e desempregados de longa duração e alargamento dos contratos de muito curta duração e intermitentes.*

*As propostas da esquerda que pretendiam reverter as malfeitorias perpetradas pela direita capataz da troika foram liminarmente rejeitadas: fim da caducidade da contratação coletiva; reposição dos três dias de férias retirados; reposição do pagamento do trabalho suplementar; reposição das indemnizações por despedimento, reposição dos critérios dos despedimentos e reposição do princípio do tratamento mais favorável.*

*Este governo, tal como os anteriores, pretende através da concertação social pressionar e condicionar a Assembleia da República como se o seu papel fosse ratificar os acordos da concertação. Quem faz as leis são os deputados e deputadas que representam o povo soberano.*

*Perante esta proposta de acordo que agrava ainda mais os enormes desequilíbrios que perduram e se perpetuam na sociedade portuguesa entre o poder do trabalho e do capital, mais uma vez em detrimento dos assalariados e em favor dos detentores da riqueza, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de Junho de 2018, delibera:*

- 1- Manifestar desde já a sua profunda e justificada discordância com as propostas aprovadas na concertação social pelo governo, associações patronais e UGT, que*

*agora o governo apresentou na Assembleia da República através da proposta de lei 136/III.*

- 2- *Apelar a todos e todas os e as municipais que se envolvam e participem na discussão pública sobre os projetos de alteração às leis laborais e na concentração junto à Assembleia da República no próximo dia 6 de Julho.*"

**João Luz (CDU)** – Começar por saudar a realização desta nossa assembleia de forma descentralizada aqui na Freguesia do Sado.

Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, a bancada da CDU irá acompanhar esta moção e votá-la favoravelmente, entendendo que, de facto, aquilo que agora nos é apresentado pelo Governo, pela UGT e pelo patronato é um passo atrás naquilo que tinha vindo a ser a política de recuperação de direitos e de rendimentos por parte dos trabalhadores neste país, após os governos do PSD e CDS.

É um passo atrás que insiste em soluções de flexibilização das relações laborais que não garante o fim da caducidade da contratação coletiva, que não repõe dias de férias que haviam sido roubados, que não repõe pagamento de trabalho suplementar e que continua, no fundamental, a ser um passo numa política de traficância de direitos.

É de tráfico dos direitos de quem trabalha que se está a falar e há quem se entretenha a negociar com a vida e com os direitos dos outros. Vai mal, na nossa opinião, o Partido Socialista e este Governo quando arrepia caminho e se começa num conjunto muito alargado de matérias, a encostar novamente à direita, repetindo os erros do passado e os erros que nos conduziram à situação que tivemos.

Não é compreensível que o mesmo partido que diz que a reposição de direitos e de rendimentos conseguiu tirar o país da bancarrota e termos novos dados económicos favoráveis e por aí fora, seja o mesmo partido e o mesmo Governo que agora parece satisfeito com um acordo que, no fundamental, retira direitos e mais uma vez dá a mão às confederações patronais deste país.

**João Viegas (CDS-PP)** – Salientar a importância desta descentralização das Assembleias Municipais e desde a primeira hora que concordámos com a importância destas assembleias poderem ser descentralizadas e permitirem uma aproximação entre os eleitos e os eleitores.

Em relação a esta moção, o CDS não a acompanha por motivos diferentes do Bloco de Esquerda, eventualmente não concordamos com algumas das decisões que resultaram em sede de concertação social, mas como é sabido, sempre respeitamos e sempre aceitámos aquilo que foi decidido e que tem sido decidido ao longo dos anos em sede de concertação social, quer por parte da UGT, quer por parte também da Confederação dos Empresários e entendemos que é este o local indicado para definir aquilo que são em termos de políticas laborais.

Foi sempre uma posição assumida pelo CDS e, portanto, respeitamos os parceiros sociais e os acordos celebrados.

**Manuel Fernandes (PS)** – A moção do Bloco de Esquerda só pode vir enquadrada no contexto político em que nos encontramos, a aproximação já em grande velocidade das próximas eleições legislativas justifica que os partidos agora que fazem parte do suporte parlamentar na Assembleia da República deste Governo se procure uma identidade própria e procurem diferenças onde elas, por acaso, nem sequer têm existido. É, principalmente, no campo laboral onde o Partido Socialista sente-se mais confortável do que qualquer outro partido da coligação nesta matéria.



Devo dizer, porque ao valorizar a concertação social só o faz quem tem a dimensão da gestão daquilo que é a coisa pública em diálogo com aquilo que são os parceiros sociais, com as entidades patronais, com os sindicatos e obviamente com toda a comunidade.

Portanto, desvalorizar a concertação social isso sim é que não faz o mais pequeno sentido e de valorizar aquilo que é um acordo conseguido onde, talvez, seja dos melhores acordos das últimas décadas, friso, das últimas décadas, porque o acordo visa essencialmente o combate à precariedade, o que tem sido a chaga dos nossos dias e a chaga dos nossos jovens principalmente. O que visa combater não têm dimensão.

Quando o Partido Comunista apoia e suporta uma moção que, obviamente, só poderia vir ao arrepio daquilo que tem sido a prática do Partido Comunista na Assembleia da República, que é dar guarida ao que tem sido as políticas de legislação laboral deste Governo, não faz o mais pequeno sentido que seja nesta assembleia que o Partido Comunista tente marcar diferenças. E diferenças num campo onde principalmente não tem razão e não tem a mais pequena dúvida de que é apenas demagogia e a procura de uma identidade própria por causa da proximidade com a campanha eleitoral.

Obviamente que o Partido Socialista irá votar contra.

**João Luz (CDU)** – Relativamente ainda a esta moção e às intervenções que se registaram, duas ou três breves notas.

Uma primeira é que o Partido Comunista Português pode ser acusado de muita coisa, mas de falta de identidade penso que não é o caso. Se alguém tem problemas de identidade é aquele partido que, tendo em conta a sua natureza de classe e os seus objetivos e compromissos, aliás, verificados historicamente neste país, sempre que é chamado a decidir nos momentos-chave entre o que são os direitos dos trabalhadores e o que são as benesses e os privilégios para o capital, tem optado sempre da mesma forma. Têm sido raros os momentos e raras as exceções que encontramos neste país.

Ao senhor deputado, provavelmente por distração, dizer-lhe que o Partido Comunista Português tem assinado um acordo relativamente a um conjunto de matérias que o Partido Socialista na Assembleia da República não tem mais do que isto e não suporta Governo nenhum. Política a política, momento a momento vai avaliando, e temos, de facto, apoiado este Governo num conjunto de matérias que consideramos centrais no quadro da reposição de direitos, de salários e de rendimentos para quem trabalha.

Não temos acompanhado este Governo num conjunto muito vasto de outras matérias, e também se diga que o próprio Partido Socialista não tem acompanhado o PCP, por exemplo, quando este propôs em sede de legislação laboral o fim da caducidade dos contratos coletivos de trabalho. Por exemplo, por exemplo...

Mas o senhor deputado dá aqui uma explicação muito interessante sobre o combate que o Partido Socialista tem vindo a fazer à precariedade, mas é precisamente este acordo que vem alargar para 180 dias o período experimental dos jovens desempregados de longa duração. O senhor deputado, é esta a forma como o Partido Socialista encara o combate à precariedade? Aumentando os mecanismos de instabilidade laboral? Ó senhor deputado, julgo que estamos falados. Não vale a pena.

Os motivos para o nosso voto favorável a esta moção estão explicados e não têm rigorosamente nada a ver com momentos eleitorais, tem a ver com a identidade própria deste partido e com a defesa de uma classe e de um projeto para este país que, de facto, não é igual ao seu.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 19 da CDU, 2 do BE e 1 de AC, 14 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e uma abstenção do PAN.

**Manuel Fernandes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: “85 % dos trabalhadores conseguem emprego pela primeira vez, fazem-no atualmente através de contratos não permanentes. Dois em cada três jovens têm hoje contratos a termo. Isto para o Partido Socialista é um problema que urge e urgia ser resolvido.

*O acordo conseguido em concertação social é um verdadeiro combate à precariedade, porque ilumina a justificação de ser jovem ou desempregado de longa duração como critério para contratar a termo, como constava na lei até agora, deixou de constar.*

*O acordo conseguido aumenta a proteção dos trabalhadores temporários, introduzindo o máximo de renovações, quando até agora não existia sequer limite neste tipo de contratos de trabalho.*

*O acordo conseguido garante que os trabalhadores de trabalho temporário passem agora a beneficiar, desde o primeiro dia, das regras de todos os outros trabalhadores que são abrangidos pela contratação coletiva.*

*As empresas que recorrerem ao trabalho temporário terão que explicar qual o motivo porque o fazem, caso se detetem irregularidades, estes são imediatamente incluídos no quadro de pessoal das empresas.*

*O acordo agora conseguido criou uma contribuição adicional para a Segurança Social, paga pelas empresas que, em cada setor, criem uma rotatividade excessiva de trabalhadores.*

*Os inspetores da ACT terão agora poder redobrado para fiscalizar e controlar este abuso que se tem verificado e agravado ao longo do tempo.*

*Com a aprovação deste acordo, apenas 4 meses de descontos para a Segurança Social serão o suficiente para aceder ao subsídio social de desemprego.*

*A partir de agora acaba o banco de horas individual, esta figura apenas poderá ser utilizada no contexto da contratação coletiva. Mesmo em caso de caducidade da contratação coletiva os contratos individuais continuarão a salvaguardar as condições de parentalidade, de segurança e de saúde.*

*Por estes motivos e muitos outros, que não tenho agora tempo de referir, o Partido Socialista votou contra.”*

Apresentação da Moção do BE “Palavra dada, palavra honrada”, conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

#### **“Moção**

#### **Palavra dada, palavra honrada**

*No tempo presente assistimos a um grave conflito entre os professores e o governo, originado pelo facto de o mesmo governo não estar a honrar os compromissos que assumiu no OE para 2018, ou seja, recuperar o tempo de serviço dos docentes durante os anos em que as carreiras estiveram congeladas, precisamente 9 anos 4 meses e 18 dias.*

*Diz o OE “a expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras (...) é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis” O tempo das carreiras é integral, não é uma fração ou uma abstração que permita diferentes*



*interpretações. O governo não tem mandato para propor aos sindicatos um apagão total ou parcial das carreiras dos professores. Essa é uma proposta fora da lei. O governo tem é a obrigação de “definir o prazo e o modo” para a reposição do tempo de serviço.*

*Tal norma do OE decorre de uma proposta apresentada pelo próprio PS, depois de negociações com o BE e o PCP. E não é sequer uma proposta inflexível, dado que permite um faseamento tendo em conta as disponibilidades orçamentais. O que agora acontece é termos um governo minoritário que não quer cumprir a lei que a maioria na Assembleia da República aprovou.*

*Os sindicatos estão disponíveis para definir um faseamento que seja comportável pelas contas públicas enquanto o governo não discute nenhum faseamento porque simplesmente não quer reconhecer o tempo de serviço dos professores.*

*O governo assinou em Novembro passado um acordo com os sindicatos que expressava textualmente “o tempo de serviço prestado durante o período de congelamento das carreiras seria contado para efeitos de progressão”. Agora dá o dito pelo não dito. Onde pára a honra da palavra dada?*

*Não há dinheiro, diz o governo “não ter 600 milhões de euros para pagar a reivindicação sindical”. Se fosse para salvar um banco não faltaria dinheiro. Mas o governo revela além do mais uma indesculpável má-fé porque quer propositadamente esconder o facto de os sindicatos estarem desde sempre disponíveis para negociar o faseamento.*

*E o governo ao pretender reduzir a luta pelos direitos e dignidade das carreiras dos professores a uma “reivindicação sindical” mais não faz do que alimentar maldosamente o preconceito social contra os sindicatos. Pretende isolar os professores, caricaturando-os como classe privilegiada. O objetivo confesso é humilhar e enxovalhar aqueles e aquelas que são um dos pilares da escola pública.*

*E é rotundamente falsa a versão repetida até à náusea pela direita, por comentadores e órgãos de comunicação que os professores progridem automaticamente nas suas carreiras. Muitos professores com 24 anos de serviço estão no 3º escalão (em 10) e recebem 1300 euros por mês.*

*Por todas as razões atrás expressas e porque é justo, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em Sessão Ordinária, no dia 29 de junho de 2018, delibera:*

*Ponto único: Apoiar a luta dos professores e professoras pela dignidade e valorização das suas carreiras, incluindo o reconhecimento da contagem integral do tempo de serviço.”*

**Vitor Ferreira (PS)** – Uma saudação especial por esta nossa presença descentralizada num dos territórios do concelho de Setúbal, é um bom caminho e espero que o continuemos a trilhar.

O Partido Socialista, o Grupo Municipal do Partido Socialista, o Partido Socialista de Setúbal vai, em relação a esta moção, assumir uma posição de abstenção. Sou professor, estou em greve, o meu agrupamento decidiu hoje num plenário continuar em greve e tive até ocasião de há pouco tempo fazer um artigo no jornal sobre esta questão.

O que queremos é que a recomendação aprovada em sede parlamentar que seja respeitada, o que queremos é que haja diálogo e não acreditamos que com palavras duras, como aquelas que podemos encontrar aqui em determinados momentos da moção, possamos ou estejamos a contribuir para esse diálogo.



É urgente que haja diálogo, é urgente encontrar uma saída para este problema reconhecido por esta bancada.

Também o Sr. Ministro da Educação não ajudou muito com a sua intervenção.

Aproveito, também, para dizer e para lembrar que não são só os professores os únicos que na Administração Pública estão a sentir esta dificuldade e estão a viver esta luta, assim sendo nós continuaremos solidários e continuaremos fiéis à recomendação, mas rejeitamos liminarmente todo o discurso, todas as afirmações que possam ser mais um contributo para a ausência de diálogo do que para o diálogo. Irei-nos abster como disse.

**João Luz (CDU)** – Relativamente a esta moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, a bancada da CDU também irá acompanhar. Julgamos que ela é também um passo e um contributo para a compreensão até do problema mais vasto que há pouco falávamos relativamente à natureza, à identidade e aos compromissos de cada um.

Também aqui e num momento decisivo as opções têm sido para pagar empréstimos, para salvar bancos, há um conjunto de matérias para as quais o Estado disponibiliza recursos e meios e há um conjunto de outras matérias, onde parece que tudo é mais difícil. Isto, de facto, depende exclusivamente de opções políticas de fundo.

Acabou agora de ser dito, pelo deputado Vítor Ferreira da bancada do Partido Socialista, que uma recomendação foi aprovada em Assembleia da República relativamente a esta matéria da contagem de tempo dos professores e não entendemos como é possível afirmar-se que todos os compromissos são para cumprir. Os compromissos internacionais são para cumprir, os compromissos com a banca são para cumprir, mas quando chega ao compromisso com os trabalhadores parece que aí já é possível negociar, já é possível não os cumprir.

Portanto, nós não acompanhamos esta perspetiva e entendemos que os professores têm direito à contagem integral do seu tempo de serviço.

**João Viegas (CDS-PP)** – Em primeiro lugar gostava de referir que não é porque o Bloco de Esquerda repete até à náusea que a culpa é da direita, que a expressão passa a ser verdadeira. E é bom que o Bloco de Esquerda, provavelmente no final do ano, em outubro quando se discutir o Orçamento de Estado, ou após a discussão do Orçamento de Estado venha eventualmente a esta assembleia com uma moção “*Palavra dada, palavra honrada*”.

É importante também que estes partidos que suportam e que apoiam o Governo assumam as suas responsabilidades.

Da nossa parte, irei-nos abster à imagem também do que foi dito pela bancada do Partido Socialista, a forma como a moção está elaborada, por outro lado, também, porque seria importante aqui referir um outro ponto que para nós é fundamental. Se por um lado compreendemos a posição dos professores e as suas reivindicações, entendemos até a trapalhada que tem sido a forma como este Governo tem conduzido esta matéria e o recuo perante uma decisão que foi tomada, por outro lado esta trapalhada tem levado a um aspeto que a nós também nos preocupa, que é a questão dos alunos e da avaliação. Estão a provocar uma enorme incerteza e isto afeta famílias, afeta os estudantes e esta também deverá ser uma preocupação de todos.

**Carla Vilhena (PPD/PSD)** – Sobre a moção em questão nós, enquanto bancada do PSD, somos completamente a favor da luta que, neste momento, os professores estão a travar.

Reconhecemos que o Governo e os sindicatos têm que se sentar e conversar e, acima de tudo, honrar os compromissos que ambos se comprometem a fazer, mas pautamos também pela



verdade e, acima de tudo, pela forma como se escreve e com que intenção se escreve, pois devemos ser os primeiros a dar o exemplo.

Assim sendo, se estes promotores tirarem aqui o parágrafo onde é redondamente falsa a versão repetida até à náusea pela direita, até porque não é verdade. O Governo Regional da Madeira até foi o primeiro Governo a reconhecer a carreira dos professores, a repô-la e a dar dignidade à tão importante carreira que é ser professor e educar os adultos de amanhã. Portanto, não, e vê-se que o que está aqui transcrito não é verdade.

Se os promotores desta moção retirarem este parágrafo e tirarem este palavreado, com o objetivo confesso de humilhar e enxovalhar aqueles, nós enquanto bancada solidarizamos-nos completamente com esta moção.

**Vitor Rosa (BE)** – Nós não retiraremos qualquer parágrafo ou fazemos alterações à proposta aqui apresentada. Quando incluímos e fizemos questão de dizer “direita”, não escolhemos o país em que vivemos, ou seja, existe a Madeira que faz parte do país, mas estamos a falar da direita no seu todo. Quando nos referimos à direita no seu todo, embora os senhores do PSD que queiram diferenciar-se daquilo que existe na Madeira, aqui vamos manter o nosso texto.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 19 da CDU, 2 do BE e 1 de AC, 3 votos contra do PPD/PSD, e 12 abstenções, 9 do PS, 1 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP.

**Eduardo Pinto (PPD/PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do PSD queria que não restassem dúvidas de que estamos solidários com a luta dos professores, mas que há aqui uma realidade que é esta, a linguagem da moção não é uma linguagem que seja entendida por nós, própria para o assunto em questão.*

*Por outro lado, é bom pensarmos que o Partido Comunista, depois de viabilizar um Orçamento de Estado onde é contemplado o assunto educação, onde há verbas destinadas à educação e à área da educação que viabilizaram, venham passado este tempo todo estar contra este tipo de pormenores.*

*É uma verdade e tenho que dar razão ao deputado do Partido Socialista, o Partido Comunista para combater o PSD soube apoiar o orçamento, mas agora está com alguns problemas de identificação, ou seja, o Partido Comunista está a navegar, porque não consegue dar a palavra dada ao orçamento e passado todo este tempo discordar em pormenor. Mas meus amigos erraram.”*

Apresentação da recomendação do PAN “Inteligências múltiplas e as potencialidades individuais: Literacia emocional e ambiental nas escolas de Setúbal”, conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

#### **“Recomendação**

##### ***Inteligências múltiplas e as potencialidades individuais:***

##### ***Literacia emocional e ambiental nas escolas de Setúbal***

*Liderada pelo psicólogo Howard Gardner, uma equipa de investigadores da Universidade de Harvard desenvolveu, durante a década de 1980, a Teoria das Inteligências Múltiplas, procurando analisar e descrever melhor o que é a inteligência. A teoria tem impacto direto sobre como concebemos hoje em dia a educação, desafiando a ideia de que a inteligência era um fator único, estanque, como durante muito tempo se acreditou.*



Muito além da inteligência lógico-matemática, pregada pelos tradicionais testes de QI, foram identificados outros sete tipos de inteligência: Linguística; Musical; Espacial; Corporal-cinestésica; Interpessoal; Intrapessoal; e Naturalista.

Todas as pessoas possuem os vários tipos de inteligência, embora alguns deles sejam mais desenvolvidos em algumas pessoas do que em outras. Para o autor referido, estas inteligências podem ir-se desenvolvendo, se forem devidamente estimuladas.

Todas as formas de inteligência são válidas e não existe uma mais valiosa do que a outra, até porque, no mundo competitivo e complexo da atualidade, com mudanças constantes, a maioria das profissões requer o uso simultâneo de vários tipos de inteligência.

Se é fácil perceber o que são as inteligências lógico-matemática, linguística, musical e espacial, importa referir que: a inteligência corporal-cinestésica se refere ao ritmo, ao movimento, à coordenação motora; a inteligência interpessoal se prende com a forma como nos relacionamos com os outros; a inteligência intrapessoal ao modo como nos relacionamos connosco próprios (entendermo-nos a nós próprios, o que pensamos, o que sentimos, como nos comportamos), e a inteligência naturalista ao respeito pelos animais e pela natureza.

No que diz respeito às inteligências interpessoal e intrapessoal, muito se tem falado do conceito de Inteligência Emocional, cada vez mais valorizado e reconhecido como uma peça fundamental para o sucesso da pessoa em sociedade. Os estudos e investigações nesta área mostram que a inteligência emocional é uma componente essencial para construir uma vida com sucesso e significado. Ter uma boa inteligência emocional significa que somos capazes de reconhecer as nossas emoções e as emoções nos outros, pensar sobre elas, compreendê-las e de lidar com elas de forma adaptativa e saudável. Quando isto não acontece podem surgir dificuldades de adaptação que poderão estar na origem de algumas perturbações, nomeadamente as ligadas a quadros ansiosos e depressivos.

Assim, podemos afirmar que uma inteligência emocional desenvolvida contribui fortemente para a saúde mental e deverá estar na base de qualquer programa de prevenção nesta área.

O conceito de inteligência emocional é ainda relativamente recente e, talvez por isso, as escolas (em geral) estimulam muito mais as atividades intelectuais, cognitivas ou racionais, sendo esta a forma privilegiada como avaliamos os estudantes e as crianças, com base nas aptidões mais cognitivas.

Os estudos têm-nos mostrado a aprendizagem que a aprendizagem é construída em contexto de relação, reafirmando mais uma vez a importância do desenvolvimento de uma inteligência mais emocional. No entanto, acreditamos que só com uma educação que seja capaz de entender os princípios da inteligência emocional, e outros tipos de inteligências, será possível cumprir a missão das escolas, que a nosso ver será sempre o desenvolvimento integral dos alunos (cf. perfil do aluno do século XXI – documento emanado do Ministério da Educação).

Na sociedade portuguesa, a prevenção na área da saúde mental ainda não tem sido suficientemente valorizada e os números mostram que temos uma população com altos níveis de perturbações emocionais como ansiedade e depressão e com um consumo demasiado elevado de ansiolíticos e antidepressivos, com todos os custos de saúde pública que sabemos que isso implica. A depressão é a primeira causa de anos de vida com saúde perdidos em Portugal. A prevalência anual de perturbações psiquiátricas na população portuguesa em geral, com mais de 18 anos é de cerca de 23%, que a par com a Irlanda do Norte, é a mais elevada da Europa.

A prevalência de doenças mentais na população adulta portuguesa, sugerem que além de Portugal ser o país europeu com maior prevalência de doença mental na população adulta, apresenta outros dados preocupantes: um em cada 5 portugueses sofreu de doença



psiquiátrica, sendo que 24% destes tem uma perturbação mental durante toda a vida (DGS, 2014).

A OMS estima que 20% das crianças e adolescentes em todo o mundo apresente pelo menos uma perturbação mental antes de atingir os 18 anos de idade. Sabendo que existe um significativo grau de continuidade entre muitas das perturbações da adolescência e as da idade adulta, e que o peso das perturbações mentais e de comportamento aumenta durante a escolaridade, percebe-se a urgência de programas eficazes de prevenção na saúde mental infantil.

Temos um número assustadoramente elevado de crianças medicadas para problemas de aprendizagem ou dificuldades de comportamento. Estes são sinais inequívocos de que temos de intervir o mais cedo possível com programas (cada um adaptado à realidade e ao público-alvo) que ajudem a promover a saúde mental. É muito importante que esses programas se dirijam às crianças, porque sabemos que é na infância que ficam estabelecidas as bases através das quais iremos formar a nossa forma de lidar com o mundo e com as nossas próprias emoções.

Exemplos de projetos de sucesso têm incluído a escola das emoções, prática de yoga, de meditação, de mindfulness ou quaisquer outras atividades que potenciem o aprender a estar consigo próprio e com os outros, de forma saudável e sem ter medo disso, indo além de uma abordagem focada nas competências de natureza intelectual.

Paralelamente à literacia emocional, importa também observar a necessidade da literacia ambiental e do desenvolvimento da inteligência naturalista. A inteligência naturalista permite compreender o meio envolvente, os ritmos da natureza e os fenómenos naturais, identificar riscos de extinção de determinado animal ou espécie, identificar fatores de risco de poluição ambiental, promover decisões éticas no cuidado do meio ambiente, no tratamento digno dos animais e na proteção do planeta face às alterações climáticas.

O conceito de educação ambiental surgiu pela 1ª vez na Conferência de Tbilisi (1977) no sentido da urgência de termos de educar para o ambiente, formar pessoas informadas e conscientes que sintam o impacto das suas atitudes quotidianas no meio ambiente.

Assim, as crianças e jovens na escola devem ter a oportunidade de resolver, de forma ativa e democrática, questões ambientais ao nível local, de modo a que entendam a relação com a sua própria vida e se sintam encorajados pelo sucesso das suas ações. A Lei 27/2016 contempla a necessidade de o Estado assegurar a integração de preocupações desta natureza, particularmente com o bem-estar animal, reforçadas no âmbito da Educação Ambiental, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Perante o exposto, importa fomentar projetos que visem o desenvolvimento de uma pluralidade de competências desde a empatia e respeito pelo outro, o pensamento divergente, o sentido crítico, a capacidade de resolução ativa de problemas, a comunicação igualitária, a identificação e a desconstrução de preconceitos, perspetivando desde logo, a criança como um todo, um ser multifacetado que dispõe de um conjunto de inteligências potencialidades.

Para tal, é importantíssimo que se envolvam as comunidades nas aprendizagens e experiências das crianças e jovens, sempre tendo por base estimular uma participação de qualidade. Através de uma participação efetiva e de qualidade, a escola aberta fica mais viva, feliz e capaz, permitindo-lhe com as comunidades adjacentes responder de forma mais integrada aos desafios da sociedade, acompanhando os desenvolvimentos científicos e as suas necessidades contemporâneas.

Assim, e tendo em conta que compete ao Departamento Municipal de Educação, no cumprimento de orientação do executivo, assegurar a implementação de uma política municipal assente em quatro eixos estratégicos: 1) reforço de educação pré-escolar; 2)



*requalificação da rede escolar; 3) desenvolvimento de atividades extracurriculares e 4) promoção de programas e projetos inovadores, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão ordinária a 29 de junho de 2018 delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:*

- 1. Considere contemplar, a partir do ano letivo 2018/2019, áreas de desenvolvimento como a literacia emocional e a literacia ambiental nas escolas do município, promovendo o desenvolvimento integrado de crianças, jovens e comunidades, através de ambientes educativos mais enriquecedores e salutareis.”*

**António Baptista (PS)** – Esta recomendação já chega anos-luz atrasada, ou então é por algum desconhecimento da realidade no que diz respeito a estas matérias em Setúbal.

São assuntos e matérias que são, há largos e largos anos, discutidas, conversadas e implementadas nos agrupamentos escolares em articulação com diferentes instituições do concelho, desde as autarquias até aos Centros de Saúde e à Segurança Social.

Às vezes parece que nos estamos a entreter, apresentando determinadas situações quando elas já são um facto, portanto, não é novidade para ninguém que estas matérias relativas ao ambiente e à saúde são todos os dias implementadas nas escolas.

Não há nenhum agrupamento que não tenha um projeto e que no seu dia-a-dia não esteja a falar, por isso o Partido Socialista vai-se abster nesta recomendação.

**João Luz (CDU)** – Partilhando esta intervenção da bancada do Partido Socialista, há, de facto, alguma estranheza com a recomendação que aqui nos é apresentada. Para além da Câmara Municipal, especificamente, não ter competências em matéria de atividades extracurriculares, desenvolve um trabalho com as escolas, com os agrupamentos no sentido de em colaboração se proporcionar um conjunto de atividades, de programas e projetos com esta leitura das várias inteligências numa lógica de formação integral do indivíduo.

E esta é uma matéria, como foi dito, que acontece há décadas, não é algo novo, não é algo recente e há um conjunto de atividades que diariamente acontecem nas escolas deste concelho e nos agrupamentos que visam componentes de educação ambiental, de participação cívica, das relações interpessoais, do desporto, da música e é com estranheza que vemos esta recomendação.

Apesar de termos chegado a uma conclusão diferente da do Partido Socialista, a bancada da CDU não irá acompanhar este texto por considerarmos que ele é extemporâneo, sem sentido e porque recomenda algo que já é efetivamente feito.

Não poderemos acompanhar esta recomendação apresentada pelo PAN.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 20 votos contra, 19 da CDU e 1 do CDS-PP, 16 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 de AC, e 1 voto a favor do PAN.

**João Viegas (CDS-PP)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O CDS votou contra esta proposta também pelas explicações que foram dadas aqui por outras bancadas e não fazia sentido ter feito uma intervenção, mas atendendo, ao facto, que isto já é uma prática, o trabalho desenvolvido quer pelos agrupamentos, quer pelas escolas. Não faz sentido, no nosso entender, estar a votar favoravelmente ou abster-se nesta matéria, por isso justificar o sentido de voto.”*



Apresentação da recomendação do PAN “Alteração do regulamento municipal de apoio ao associativismo local de forma a incluir as associações de proteção animal e ambiental nos critérios de elegibilidade para a obtenção de apoios”, conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

### **“Recomendação**

#### ***Alteração do regulamento municipal de apoio ao associativismo local de forma a incluir as associações de proteção animal e ambiental nos critérios de elegibilidade para a obtenção de apoios***

*O Associativismo é a expressão organizada de uma sociedade civil recorrendo à responsabilização e intervenção dos cidadãos em vários domínios da vida social, sendo um relevante meio de exercer a cidadania. Todas as associações possuem um eixo idêntico: são uma conjugação de indivíduos e esforços à volta de um interesse comum. Porém, a sua finalidade é diversificada e, fruto de uma visão antropocêntrica que ainda vai subsistindo na sociedade atual, o regulamento municipal de apoio ao associativismo local no município de Setúbal não contempla ainda as associações de proteção e bem-estar animal (zoófilas) e ambiental.*

*Recordamos que, a nível ambiental, Setúbal tem um histórico de associativismo relevante, de que são exemplo o Projeto Setúbal Verde, a SALPA ou, mais recentemente, a Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado. Infelizmente, a ação destes grupos de cidadãos já não se faz sentir, sendo por isso importante encontrar formas de reanimar este importante sector do movimento associativo.*

*No último ano, tivemos oportunidade de assistir a movimentações nesta área, graças a projetos como o da Feel4Planet, cuja ação merece ser reconhecida e apoiada, para que se continuem a envidar esforços de sensibilização ambiental com um foco específico em problemáticas tão prementes e atuais como as beatas e os plásticos.*

*Na área do bem-estar animal, nunca como hoje foi tão necessário agir. Em Setúbal, as associações zoófilas, algumas com um legado de décadas (e.g. Sobreviver), foram pioneiras e substituíram-se ao município da defesa dos animais, mas têm sobrevivido “orgulhosamente sós”, sem espaços físicos próprios e sem apoios logísticos ou financeiros por parte da autarquia.*

*As associações zoófilas no concelho de Setúbal tiveram e têm funções muito importantes em relação à proteção e bem-estar animal, na educação e no envolvimento da sociedade na defesa dos direitos dos animais e na promoção do seu bem-estar, trilhando novos caminhos no incentivo a uma cultura de respeito pela vida animal. Este movimento coletivo desafiou a visão hegemónica antropocêntrica e organizou-se em associações de cidadãos preocupados com o sofrimento animal, orientadas para a proteção, prestação de assistência, captura, recolha e defesa dos animais, procurando melhorar as condições em que se encontravam, desenvolvendo projetos para educar a população e sensibilizar as crianças, ajudando a diminuir e suprimir os maus tratos a animais e promovendo a adoção de boas práticas na relação quotidiana com eles.*

*Além de defenderem e preservarem a vida e promoverem o respeito pelos animais as associações zoófilas têm também importantes funções sociais no campo higieno-sanitário, tendo sido pioneiras em novas formas de controlo populacional (e.g. CED) e de ação (FATs, feiras de adoção) e também no combate ao abandono e promoção da adoção responsável, substituindo-se inúmeras vezes ao município e/ou estabelecendo parcerias com as entidades municipais e policiais. Ao longo destas últimas décadas, dedicaram-se e disponibilizaram-se,*



*entusiasticamente, em prol da causa pública: um trabalho árduo e incansável das associações zoófilas do concelho em prol do bem-estar dos animais e ao serviço da comunidade.*

*Considerando que:*

- A proteção ambiental e a preocupação com o bem-estar animal congregam atualmente um vasto e generalizado consenso na sociedade civil e que recentes medidas legislativas, como a Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que criminaliza os maus tratos a animais, a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, e a Lei n.º 8/2017, de 3 de março, que estabelece um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil e reconhecendo a senciência dos animais, são exemplos recentes e concretos desta situação;*
- As queixas de maus tratos e abandono de animais de companhia recebidas pela GNR levou a que, em 2016, Setúbal registasse quase o mesmo número de crimes que Lisboa, Faro e Porto juntos, o que se deve à cooperação entre o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) de Setúbal, entidades judiciais, policiais, municipais e associações de animais, fazendo de Setúbal um exemplo único e pioneiro a nível nacional;*
- O diálogo institucional e de cooperação entre as associações zoófilas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede ou intervenção na área do Município de Setúbal e as entidades policiais e judiciais determina que as associações se constituem como fiéis depositárias, responsabilizando-se pelos tratamentos médico-veterinários e custos associados, alojamento temporário dos animais vítimas de maus-tratos ou apreendidos pelas entidades policiais e constituindo-se como assistentes nos processos judiciais;*
- As atividades desenvolvidas pelas associações ambientais e zoófilas do concelho possuem interesse público municipal, nomeadamente no que respeita à sensibilização ambiental e à promoção do bem-estar e respeito pelos direitos dos animais, minimizando o seu sofrimento e combatendo a superpopulação através da esterilização dos animais a cargo e doados, da educação da comunidade para a adoção responsável e a promoção dos valores cívicos;*
- É reconhecido o papel complementar das Associações Zoófilas face à competência da Câmara Municipal no alojamento temporário e encaminhamento para adoção dos animais errantes ou capturados pelo município e munícipes, uma vez que atuando ao lado da edilidade e das entidades policiais, estas albergam um número de animais muito superior ao do CROAC, que de outra forma excederia em largo número a sua capacidade de alojamento (20 boxes para cães e 6 gatos) face ao número de animais errantes e capturados no município;*
- Compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e ou atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.*

***A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária a 29 de junho de 2018, delibera, na sequência da presente proposta do Pessoas-Animais-Natureza, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal:***

- 1. A alteração do regulamento municipal de apoio ao associativismo local de forma a incluir as associações de proteção animal e defesa do ambiente, legalmente constituídas, com sede e/ou intervenção na área do Município de Setúbal, nos critérios de elegibilidade para a obtenção de apoios.*





2. *Que dê conhecimento da presente Recomendação às associações de defesa do ambiente e de proteção animal com sede e/ou intervenção no município, bem como às entidades policiais e judiciais.*”

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – A minha intervenção é relativamente aqui a uma questão que ponho e que até pedia ao apoio, possivelmente do executivo, para me responder.

O regulamento municipal de apoio ao associativismo local foi alterado já algum tempo e perguntava se está ou não previsto ou escrito no próprio regulamento estas associações e se há ou não a possibilidade de se apoiar caso haja essa candidatura? Porque se houver, nós iremos abster, se não houver iremos votar a favor desta moção.

**Suzel Costa (PAN)** – É um prazer estar aqui hoje nesta freguesia e no âmbito da descentralização das sessões da Assembleia Municipal, numa tentativa de aproximar os eleitos aos cidadãos numa democracia mais participativa e mais próxima das pessoas.

Que esta assembleia nesta recomendação reconheça como parceiros privilegiados, no âmbito do bem-estar animal e saúde pública, as associações zoófilas deste concelho preparando com elas e apoiando e fomentando o exercício das suas atividades, da mesma forma que faz com as associações culturais, sociais e recreativas.

**Carlos Batista (PS)** – Julgo que o executivo da câmara tem dado apoio às associações de proteção animal e ambiental, independentemente de elas estarem ou não inseridas no regulamento municipal. Também quero que me confirmem se, de facto, estas associações também têm o apoio da câmara e se realmente o regulamento não inclui estas associações por serem realmente novas e aparecerem ao posterior do regulamento. Se esse regulamento, que é feito pela câmara, poderá vir eventualmente a ser alterado de forma a incluir estas associações?

Iremos abster, mas se realmente a câmara não tem apoiado e então nós iremos votar a favor.

Solicito que nos deem um esclarecimento sobre esta questão.

**João Luz (CDU)** – Relativamente a esta recomendação apresenta pelo PAN, vou tentar dividir aqui, na minha apreciação, duas questões distintas.

Uma primeira relativa ao enquadramento da moção e a uma expressão que tem sido usual o PAN utilizar e que, de alguma forma, me deixa curioso, porque julgo que não deixa de ser uma profunda contradição a utilização dessa expressão, dessa formulação.

Diz-nos o PAN nesta recomendação que este movimento, e com isto não estou a fazer uma crítica ao movimento que se organizou neste tipo de associações, mas diz-nos o PAN que em outros debates tem utilizado esta expressão, que desafiou uma visão hegemónica antropocêntrica.

Relativamente a esta matéria considero estranha a utilização desta formulação, porque depois coloca, de facto, tudo numa perspetiva antropocêntrica, que é a da proteção, a da prestação e assistência, captura, recolha e defesa dos animais. Parece desafiar uma visão hegemónica antropocêntrica, mas, por outro lado, põe os animais, permanentemente, na dependência do ser humano e o ser humano como elemento central da defesa, da proteção, do cuidado aos animais.

Os animais durante milhões de anos viveram sem o homem e não consigo perceber como é que o PAN nestas matérias e neste tipo de intervenção pretende, de facto, desafiar uma visão



antropocêntrica quando depois nos coloca como tutores e cuidadores dos animais. Esta é uma primeira questão mais teórica.

Quanto às questões que dizem diretamente respeito ao conteúdo deliberativo desta recomendação há alguns elementos que julgo que esta assembleia deve considerar, o primeiro é o enquadramento específico das associações zoófilas. Há, de facto, um relacionamento específico com uma componente das entidades públicas e neste caso da Câmara Municipal e o próprio enquadramento da orgânica municipal conduz a que o relacionamento seja feito designadamente com o pelouro do Ambiente.

O regulamento do associativismo municipal, e aqui podemos concordar ou discordar, foi feito na lógica de intervenção também de orgânica do município e na perspetiva dos pelouros que acompanham as áreas da cultura, da juventude, do desporto, as áreas ditas sociais. Isto nunca foi obstáculo a que o município na relação quotidiana que tem com as associações desta natureza, desenvolva um conjunto de atividades em parceria e preste um conjunto de apoios, quer no plano financeiro, quer no plano logístico.

Para além de uma outra questão mais formal que se prende com os mecanismos de recomendação e de competências, sendo que é à Assembleia Municipal que cabe aprovar o regulamento sob proposta da Câmara Municipal e após um período de discussão pública, e também do ponto de vista da formulação o limitar a recomendação à Câmara Municipal de Setúbal para a alteração do regulamento sem outras considerações também não me parece de todo correto. Independentemente desta questão mais formal, parece-me que a questão de fundo é o relacionamento existente entre estas entidades e o município num determinado enquadramento orgânico da própria Câmara Municipal e desse ponto de vista não acompanhamos esta recomendação feita pelo PAN.

**Vice-Presidente da Câmara** – A questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Vieitas tem pertinência e a resposta não é tão simples como pode parecer, porque a formulação está transcrita na própria moção, no Regulamento Municipal de Atividades de Natureza Social, Cultural, Desportiva e Recreativa ou Outra, simplesmente nós sabemos que a proteção animal tem um regime jurídico próprio e que as competências de proteção animal estão, de facto, atribuídas aos municípios, com os centros de recolha dos animais, os CROAC, que são sujeitos a licenciamento, ou seja, a bem dos animais têm que ter condições mínimas de acolhimento e tratamento dos animais. Algo que, apesar das melhores intenções, não acontece sempre ou poucas vezes pode acontecer nas associações particulares, pessoais, que recolhem animais, promovem as adoções, mas não têm outras condições e por vezes até são muito fracas as condições para o seu acolhimento nas condições legalmente já previstas para salvaguarda dos animais.

A adoção de uma medida destas significaria que, de facto, não tendo ainda os municípios, em geral, capacidade de ter um centro de acolhimento com uma amplitude tal que acolhesse todos os animais, que sentido faria estar a distribuir subsídios a entidades, que às vezes a sua constituição nem formalizada está, mas não é esse o caso.

Se vissemos as condições em que a Associação Sobreviver é forçada a ter os animais é de arrepiar. Não sei se esta será a via de beneficiar os animais com algum apoio monetário, que havia de ser sempre rateado entre as associações, que não devia chegar para grande coisa, e acho que a aposta deve ser no reforço das condições de acolhimento, tratamento e a adoção dos animais pelas instalações municipais licenciadas.



Não havendo mais intervenções foi a recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 20 votos contra, 19 da CDU e 1 de AC, 11 abstenções, 9 do PS e 2 do BE, e 6 votos a favor, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP.

**Suzel Costa (PAN)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“É com muita tristeza que recebo esta votação, espero que num futuro próximo aqui nas Praias do Sado, onde existe uma pessoa que em tempos já acumulou 200 animais, os quais foram resgatados para estas associações que auxiliaram estes animais, espero que a câmara tenha lotação para recolher 200 animais. Isso acontece aqui nas Praias do Sado onde mais dia, menos dia, o problema irá surgir novamente e, sem o apoio das associações zoófilas, não existe capacidade por parte do CROAC para receber 200 animais.*

*Ponto 2, os regulamentos municipais do apoio ao associativismo, e quando vamos consultar o site não há uma associação de proteção animal ou de proteção ambiental, no entanto a Tertúlia Tauromáquica está lá, assim como a Sociedade Columbófila. Mais, aquele regulamento existe e é anterior à atual lei e como os senhores sabem, houve umas jornadas de direito animal, em que alguns dos vereadores estiveram presentes, em que a própria procuradora, as forças do SEPNA chamaram a atenção que são as associações os parceiros privilegiados, são as associações que recebem os animais apreendidos, são as associações que pagam os tratamentos dos animais e se as associações não recebessem estes animais queria ver como é que o CROAC fazia quando apenas tem lá espaço para seis gatos.*

*Se as associações não têm condições é porque não têm terrenos, é porque não têm apoios, é uma pescadinha de rabo na boca.*

*Por estas razões votei favoravelmente esta recomendação.”*

**Vitor Ferreira (PS)** – Leu o Voto de Pesar pelo falecimento de Benjamim Carvalho e de José Miranda, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

#### **“Voto de Pesar**

*O fio da vida dos cidadãos Benjamim Nunes Leitão Carvalho e de José de Almeida Miranda foi interrompido recentemente.*

*Embora ambos tenham sido ativos militantes do Partido Socialista, o fio da sua memória é claramente marcado pelo seu exercício da Cidadania Republicana, que o seu envolvimento Autárquico e Associativo sublinham. A título de exemplo, recorda-se que Benjamim Carvalho foi membro desta Assembleia Municipal em dois distintos mandatos e que José Miranda chegou mesmo a presidi-la, para além de ter sido presidente da Junta de Freguesia de São Julião.*

*Foram homens convictos e empenhados na construção da Democracia, de uma Cidade, de um Concelho e de um Portugal melhor. Ficam connosco no exemplo que constituem e, no seu exemplo, fica o reforço da inspiração para, com a responsabilidade sempre assumida pelas mulheres e pelos homens desta Assembleia Municipal, continuarmos a garantir o caminho de sucesso do Poder Local Democrático, o caminho de Abril.*

*Às suas famílias, aos seus amigos, companheiros e camaradas, a Assembleia Municipal de Setúbal apresenta sentidas condolências, ao mesmo que sugere à Câmara Municipal de Setúbal que considere os seus nomes na toponímia da Cidade e pondere a atribuição da Medalha de Honra da Cidade a título póstumo.”*



**Afonso Luz (CDU)** – Este é um voto que faz todo o sentido ser apresentado nesta assembleia. Trata-se de dois cidadãos que se empenharam ativamente no poder local e no associativismo e muito contribuíram enquanto cidadãos para o que tem sido a democracia neste concelho e, portanto, sempre em prol do desenvolvimento do concelho.

Tive a oportunidade de ser membro das assembleias municipais em que estes dois cidadãos estiveram eleitos e o Sr. José Miranda chegou durante muito tempo a presidir. Recordo qualquer deles como pessoas muito ativas, muito empenhadas no exercício das suas funções e, acima de tudo também, o respeito que sempre demonstraram nessa atividade perante os seus adversários políticos.

Isso permitiu até que fossem dois cidadãos que criaram dentro desta assembleia amizades, entre as quais eu próprio me incluo, e a bancada da CDU não pode deixar de se associar também a este voto.

**António Costa Ferreira (PPD/PSD)** – O PSD vai se associar a este voto de pesar. Pessoalmente só conheci um deles e pelo que me relacionei acho que são o exemplo de cidadania e de companheirismo nesta nobre missão de representação do povo.

**Presidente da Mesa** – Não havendo mais intervenções, quero dizer que estamos neste momento com um voto de pesar relativamente a dois cidadãos, a dois municípios e a dois autarcas que honraram a sua função e por isso proponho um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

Não havendo mais intervenções o voto de pesar foi aprovado por unanimidade e em minuta.

**Presidente da Mesa** – Terminamos aqui o período antes da ordem do dia, mas não queria deixar de corresponder à solicitação do Sr. Deputado Manuel Esteves e queria informá-lo, correspondendo ao seu desafio, que a Comissão Permanente já decidiu que a Assembleia Municipal de setembro, se não houver nenhum impedimento de maior, será também descentralizada e terá lugar precisamente em Azeitão.

### **III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Vou dar a palavra ao público, agradecendo naturalmente a presença de tantos cidadãos, municípios e fregueses.

Temos seis pedidos de intervenção do público, (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 24).

**Alice Basílio** – Estou aqui como porta-voz de um movimento ativista chamado Setúbal Animal Save, que está focado em consciencializar o público sobre a exportação de animais vivos para o Médio Oriente por via marítima.

Para as pessoas que não sabem o que está a acontecer, em Setúbal desde 2015 que a exportação de animais vivos, bovinos e ovinos, tem vindo a aumentar e neste momento acontece todos os meses, pelo menos dois embarques no Porto de Setúbal e de Sines.

Estou aqui como porta-voz de todos os ativistas que, neste momento, acompanham os embarques. Em cada embarque nós permanecemos lá durante a operação inteira e seguimos os



animais e o nosso objetivo é prestar testemunho dos animais e recolher imagens sobre as condições em que os animais são transportados, mostrar ao público o que raramente é visto e passa cá para fora.

Pessoalmente, já tive oportunidade de ver vários animais feridos dentro dos camiões, são situações irregulares e que não deviam de acontecer. Esses animais acabam por ser transportados na mesma em direção ao Médio Oriente e em viagens que duram entre 6 a 12 dias e por lei esses animais deveriam voltar para trás.

Raramente vemos animais de volta que saem do Porto de Setúbal. Eles são embarcados na mesma e são situações que estão a acontecer, apesar de já termos reportado várias vezes às autoridades, especialmente à DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária), que é a entidade que devia ser responsável pelo bem-estar animal e que tem fechado os olhos a várias situações do género.

Venho aqui hoje para vos fazer um pedido formal, sei que não tem a ver com a autarquia, mas até ao portão da Tersado vocês são responsáveis pela nossa segurança também como cidadãos. Neste momento, já aconteceu várias vezes e nesta semana durante o embarque houve uma situação comigo em que um dos camionistas me tentou atropelar.

As nossas manifestações são sempre pacíficas, nunca somos agressivos com os camionistas, pelo contrário, tentamos sempre falar com eles, entrar em contacto e demonstrar que realmente estamos lá pelos animais e não pelas pessoas. A compaixão é para todos, não só pelas vítimas da indústria, mas também pelas pessoas envolvidas na indústria.

O que aconteceu foi muito grave, podia ter corrido muito mal, podia não estar aqui hoje, já fiz uma queixa-crime contra o senhor, mas, aquele espaço que é um espaço público ele não deveria ter esse género de comportamento. Infelizmente, com o que está a acontecer neste momento, a Administração do Porto de Setúbal resolveu abrir a cancela permanentemente, o que faz com que os camionistas possam passar por nós a uma velocidade superior ao limite, que é de 20 Km/hora, e ele devia de ir a cerca de 50 Km quando me tentou atropelar.

Isso está a acontecer, porque eles não querem que nós recolhamos imagens dos animais e que não tenhamos oportunidade de mostrar as ilegalidades que estão a acontecer agora e que passam em branco e que ninguém vê.

Existe um sinal de trânsito de stop, por isso ele por lei deveria de parar naquele sinal, nenhum dos camionistas o faz, porque a administração permite que isto aconteça para que nós não tenhamos contacto com os animais.

Outra coisa que nós queremos pedir, era a vossa presença num dos embarques, sei que não é da vossa responsabilidade como autarquia, mas existem ilegalidades que estão a passar em branco e que ninguém faz nada, ninguém dá importância ao que está a acontecer.

Já tivemos uma visita de vários deputados da nação que ocorreu no passado dia 7 de maio, só que essa visita foi mais um teatro do que outra coisa, porque infelizmente não existiam animais dentro do barco, o navio estava totalmente esterilizado, foi antes do embarque. Os deputados não tiveram oportunidade de ver as condições que existem e pelas quais os animais têm de passar quando entram para dentro do navio.

Era esse o nosso pedido, para vocês terem em conta a nossa segurança, porque nós vamos permanecer ali até que consigamos consciencializar o público do que está a acontecer, porque o nosso objetivo é terminar mesmo com a exportação de animais vivos, uma vez que as condições não são suficientes., e os animais, muitas das vezes já entram dentro do barco feridos e isso nunca deveria de acontecer.

Se me puderem dar a vossa opinião, se podem ajudar-nos neste aspeto, especialmente da segurança no Porto, agradeceríamos muito.

Obrigada pela vossa atenção.



**Jonas Bonaparte** – Tive a oportunidade de estar na última assembleia e na última reunião de câmara e ouvi, da parte da autarquia, algumas palavras como “*as praias da Arrábida cada vez têm mais pessoas*”, não sei que praias é que a autarquia se refere. Possivelmente às praias da Arrábida não devem ser, talvez as praias do Sado, ou às praias da Albarquel.

Tendo em conta que este fim-de-semana ou há dois fins-de-semana atrás o esgoto transbordou, é notável que estas decisões da “Arrábida sem carros” não são feitas por setubalenses. Lamento estar a dizer isto, sou filho da terra, não sei se me vão chamar aqui também xenófobo, mas eu sei onde é que é o Forte da Bela Vista. Sinceramente, tenho falado com vários concessionários das praias e todos eles dizem que têm o negócio pela hora da morte.

Tenho falado com os setubalenses, que muitas das vezes chegam à Figueirinha e têm o parque cheio, o parque da Secil também está cheio e as pessoas vão-se embora para casa. Se a solução é a levar as pessoas às praias da Arrábida, acho, sinceramente, que estão a fazer o oposto e não estão, de forma alguma, a dar ou a ver o interesse dos setubalenses e nem dos azeitonenses.

Sei que, possivelmente, é algo que vos passa ao lado, porque penso que a autarquia aqui na última reunião disse que não houve propostas, até houve da parte de alguns concessionários, aliás estive com essas propostas na mão, inclusive houve um estudo de alguns concessionários do Portinho da Arrábida que aconselharam a fazer estacionamento de um dos lados e a não fechar totalmente a estrada.

Não sei se esse conselho foi ignorado ou não, mas até houve uma petição pública, que agradeço desde já à câmara por me terem respondido que baixou à comissão, vamos ver qual é que vai ser o seguimento da petição.

De certo que a “Arrábida sem Carros” não é para a segurança dos setubalenses, porque quando se fala em segurança lembro-me que no ano passado as arribas do Pua, apesar de lá ter uma placa, nada evita que as pessoas que frequentam aquela praia que durante o dia não caia nenhum bocado de pedra em cima de alguém e que mate alguém. Tem lá as placas a dizer “*Não se pode...*”, “*Cuidado com as arribas*”, mas também ninguém fechou a praia, porque neste momento só tenho uma única praia, que é a Praia de Albarquel, onde posso circular com o meu carro e pago o meu imposto.

Estou condicionado a um número limitado de lugares e se os estiverem cheios, tanto no Portinho como nos outros lados, tenho de vir embora ou vou para outra zona como muitos têm ido.

Não me venham dizer que as praias têm milhares de pessoas, porque não têm e tenho dois olhos na cara, apesar de usar óculos, mas consigo ir à praia e consigo mais ou menos ter uma ideia de como estava no ano passado e como está hoje em dia.

Se há vontade política ou não de arranjar uma alternativa à parte de quando alguém necessita de uma ambulância, há países mais evoluídos que o nosso país, onde já tive a possibilidade de viver, onde o socorro é por via marítima. A autarquia até tem um barco, juntava-se o útil ao agradável.

Os Bombeiros Voluntários também têm um barco, portanto, quando há vontade política de se fazer algo melhor, acho que se consegue.

Tenho casa em Albufeira e vejo a GNR, vejo a Polícia Marítima a trabalharem juntos. Sei que não é da responsabilidade da autarquia, mas cortar uma estrada, se calhar, é um bocadinho demais. Existem pinos, mas não faz sentido algum cortar uma Estrada Nacional.

Vocês não estão cá há três, nem há quatro e nem há cinco anos, estão cá há 12 anos e os problemas sempre existiram.



Nasci num bairro típico que é o Bairro das Fontainhas, sou do tempo em que, como a minha mãe não tinha dinheiro, ia ao banho à doca e hoje em dia o pessoal está agora a ir ao banho à doca, porque as pessoas em Setúbal são pobres e vê-se a praia de Albarquel a abarrotar e vê-se a Figueirinha vazia ou a meio gás, o Portinho da Arrábida a meio gás e a praia de Galapos a meio gás. As praias estão a meio gás e isso quer dizer alguma coisa, digo eu.

No entanto, só quero colocar aqui algumas questões, porque tenho algumas dúvidas e gostaria de ser esclarecido.

O protocolo entre as Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal de Setúbal dá legitimidade para cortar estradas nacionais? O regulamento das Estradas de Portugal permite o corte de estradas nacionais sem qualquer emergência ou obras? Não é condicionar a liberdade de quem tem a sua viatura com o imposto de circulação pago, não transitar nessas vias? É legítimo, a Câmara Municipal de Setúbal decidir pelo corte dessas vias evocando a segurança no caso hipotético de fogo?

A última vez que fui ao Portinho da Arrábida havia um triângulo a dizer “Tsunami”. Não sei se sabem, mas uma onda de *tsunami* pode atingir 950 quilómetros à hora. Vamos fechar a Serra da Arrábida, é o melhor, porque hipoteticamente pode haver um fogo e hipoteticamente pode haver um *tsunami* e vamos evacuar Setúbal. Se calhar é melhor, porque o *tsunami* é uma coisa parva.

Eram estas as minhas dúvidas e lamento se ofendi alguém, não foi com essa intenção, mas foi para mostrar o meu descontentamento relativamente a toda esta situação.

**Alexandre Teles** – Já que a Assembleia Municipal veio à minha Freguesia do Sado, nada melhor do que referir um problema concreto da freguesia que afeta alguns moradores e a mim particularmente.

Como esta noite está de chuva faz todo o sentido falar nesse problema.

Existe uma estação elevatória no final da Rua da Capela que tem um problema persistente há mais de 20 anos. Muitas vezes com excesso de afluência de águas residuais e águas pluviais entra em *overflow* alagando completamente os terrenos. Há muitos anos foi aberto uma vala direta para o mar e esta vala, neste momento, está completamente colmatada. Há muitos anos que não é limpa e se o problema persistir, julgo que todos têm conhecimento dele, a estação elevatória não aguenta o excesso de água que lá chega. Porque não fazer obras e tentar meter mais bombagem para que tenha capacidade de extrair?

Quero acrescentar outro ponto, sou morador na Estrada da Morgada e o Sr. Vice-Presidente disse que tiveram uma oportunidade de meter águas domésticas nas praias, mas há muitos anos que tem a oportunidade de meter águas domésticas na Estrada da Morgada e não o fizeram. Muito obrigado.

**Óscar Santos** – Em primeiro lugar quero saudá-los, principalmente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por ter trazido a Assembleia Municipal à Freguesia do Sado.

A questão que venho aqui colocar é uma questão que já foi abordada e queria ressaltar desde já que não tem a ver com competências do município, mas ela diz respeito a um anseio e a um desejo muito importante da população que é a necessidade de haver nesta freguesia um Centro de Dia para a nossa população sénior.

Como disse, não é competência do município, mas se não estou em erro somos a única freguesia do concelho que não tem um Centro de Dia. Temos uma população sénior, a pirâmide demográfica, à semelhança do que acontece em todo o país, tem feito com que a nossa população seja mais envelhecida e há casos graves de solidão. É, de facto, um problema que a população anseia ver resolvido.



Existe já uma associação que está a lutar pela construção do Centro de Dia, sabemos que o município tem ajudado esta associação no sentido de o Centro de Dia ser construído, mas as coisas continuam num impasse.

A minha pergunta é tão-somente esta, neste mandato que iniciativas é que estão previstas pelo município, no sentido de ajudar a associação a concretizar a construção de um Centro de Dia na nossa freguesia?

**Bruno Caixinha** – Moro na Rua da Liberdade, na Quintinha no Meio e no ano passado houve um incêndio em frente à sede dos Escuteiros nas Praias do Sado. A minha preocupação é que aqueles terrenos foram limpos na altura do incêndio e até agora não voltaram a ser limpos e a vegetação cresceu, mas gostaria que aqueles terrenos fossem limpos.

Há terrenos ali que são camarários, pertencem à câmara. Gostava que os terrenos fossem limpos para que não voltasse a passar pelo que passei no ano passado, em que vi a minha casa em perigo.

**Presidente da Mesa** – Senhores munícipes, naturalmente que compete à Mesa da Assembleia agradecer a vossa participação, trazendo aqui as questões que entenderam ser justificadas, dando conhecimento a todos os órgãos do poder local aqui presentes, como a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e todas as Juntas de Freguesia, embora estejamos aqui na Junta de Freguesia do Sado.

Certamente que as questões que foram aqui colocadas e que são da responsabilidade das autarquias, foram tomadas as devidas notas e esses assuntos irão ser ponderados e tomadas as devidas diligências no sentido de levar a resolução desses problemas a bom porto.

Da parte da Assembleia Municipal, mais uma vez agradecemos a vossa participação e uma vez que o senhor Vice-Presidente da Câmara pediu a palavra, vou-lhe a passar a palavra no sentido de algumas questões serem, desde já, apontado o seu encaminhamento ou eventualmente a sua resolução.

**Vice-Presidente da Câmara** – Até por uma questão de educação democrática, o executivo foi questionado e deve haver alguma resposta ainda que pretenda apenas dar respostas muito rápidas, porque as questões são objetivas.

A questão da munícipe Alice Basílio foi colocada nos termos em que deve ser devidamente colocada, sobre os animais vivos, apenas uma imprecisão em relação à presença da autarquia. Não é preciso ser solicitada, porque a autarquia já lá esteve, aliás, antes disto ser polémica já a questão era tratada através do Departamento de Ambiente da autarquia e a questão já tinha sido aflorada várias vezes, porque há regulamentação e há legislação para o bem-estar animal e nos serviços do município no seu Departamento de Ambiente e Atividades Económicas tratam das questões com uma relação muito próxima.

Com as últimas regulamentações a proximidade também com o tribunal e com o SEPNA estas situações são tratadas. Já lá estiveram vereadores, serviços, e acho que não foi só na altura em que os deputados vieram e que não havia transportes, mas estamos a acompanhar o assunto e de facto, ninguém pretende que haja transporte com danos tão descuidados para os animais.

Sabemos que não é uma questão fácil de resolver, porque são muitos os intervenientes e muitas as etapas de transporte, muitos responsáveis e vai levar tempo até haver uma conduta que seja mais defensiva para os animais, mas estamos nesse caminho.

O senhor Alexandre Teles falou muito bem no sentido que é verdade, nós identificámos isso, é uma daquelas ações descentralizadas. Estivemos na Rua da Capela, na vala que está





assoreada, estivemos a inventariar esse problema e estivemos a terminar a intervenção. Aqui não se promete nem se deixa de prometer, é algo que tem que ser resolvido e está identificado. Outra situação é a Estrada da Morgada com os saneamentos que estava a referir. As zonas de AUGI têm outras complicações que não são tão simples como fazer uma ETAR ali ou resolver o problema que tem uma ligação direta ou tem um escoamento direto. O problema das AUGI tem um enquadramento próprio e um tratamento muito mais demorado.

O senhor Alexandre Teles falou sobre o Centro de Dia para o pessoal sénior. Só uma informação muito rápida, a participação da câmara nunca precisa de ir atrás de qualquer solicitação, porque já se ofereceu, já se cedeu o terreno para a ampliação do Centro Dia, a questão é de haver também alguma comparticipação e colaboração da Segurança Social para conseguirmos ter uma ampliação desse equipamento de que temos carência.

Quanto ao senhor Bruno Caixinha, foi limpo uma vez e em julho vai ter mais um outro corte de ervas na zona que referiu, mas, como sabe, o tempo tem estado chuvoso. Já foi feito um corte, não foi feito um corte? De qualquer forma, pedia-lhe que acertasse com o Sr. Presidente da Junta, porque dirige essa intervenção no local e acabou de informar que no mês de julho vai ter corte.

A questão das praias, senhor Jonas Bonaparte, claro que não tem mais pessoas, mas só em bilhetes comprados foram mais de 10 mil. Repare-se que temos tido um verão muito atrasado, mas temos um adiantamento muito grande na discussão sobre as soluções que, pela primeira vez, foram tomadas nas praias da Arrábida.

Não tem mais pessoas? O senhor disse que não têm pessoas, que está tudo deserto, então a capacidade de estacionamento na Secil esteve preenchida, a capacidade de estacionamento na Figueirinha esteve preenchida, a carga de pessoas que estiveram na praia na Figueirinha, Galapos, Galapinhos e no Portinho foi superior à média de anos anteriores e dos números apurados no ano passado e esteve próximo em alguns casos da carga máxima da praia.

O senhor disse que estava deserta, a qualquer hora sou capaz de ir lá tirar uma fotografia e a praia está deserta, não tenho dúvida nenhuma, põe no *facebook* e está deserta. Mas também sou capaz de pôr uma fotografia noutra hora num domingo de calor e a praia está cheia.

O senhor disse coisas que tenho que contestar, o senhor questionou se há ou não vontade política, há vontade política para resolver e há vontade política para reclamar, mas agora sou eu que reclamo, o senhor acaba de fazer uma afirmação a dizer "*A única praia onde livremente pode levar a sua viatura é em Albarquel*". Então o senhor não vê como é que está a situação em Albarquel? Então a liberdade é o quê? Toda a gente tem acesso e põem os carros em cima uns dos outros? A única zona que está desordenada ainda é essa de Albarquel e o senhor prefere a desordenação que lá está?

Mas vai ser ordenada, tivemos que acudir aos primeiros problemas, aos problemas mais grossos e a prioridade era retirar os carros da berma da estrada, permitir a circulação, que agora permite e agora pode ir a Galapos e a Galapinhos, não há estrada interrompida, não há estrada cortada, há uma estrada com circulação condicionada.

O senhor não pode levar a sua viatura, mas vai sem pagar em transporte público que o município lhe paga e vai até uma praia qualquer e está lá descansado, nem houve o barulho dos carros cá em cima. O senhor vai à vontade a qualquer destas praias sem pagar mais do que chegar ao estacionamento ou da Secil ou da Figueirinha, se tiver lá lugar, que é limitado como sabe.

Como é que é dificuldade se com um euro de transporte público se pode pôr a família toda com sua viatura particular na Praia da Figueirinha, colocar o carro no estacionamento na Secil e pagando um euro, vai e volta uma pessoa só. Isto é dificuldade? Os números da frequência da praia não nos dizem isso, se o senhor tem outros...



Agora só lhe posso é fazer este desafio, esperemos só que venha o verão, que venha o calor, os dias de semana e fim-de-semana com calor para ir à praia para verificarmos se estamos a fazer bem ou se estamos a fazer mal, se pode ou não circular agora. Agora pode-se circular, é claro que há riscos absurdos que nós não evitamos, como numa reunião em que um dos seus deputados me colocou esta questão “*Então e o perigo para os ciclistas que agora se enfrenta com os autocarros, não é muito maior?*” E então qual é perigo para os ciclistas com os carros todos amontoados e aglomerados num sentido e noutro que houve todos os anos anteriores? O risco que estamos a prevenir é o risco da aglomeração e de ser impossível o socorro, como já tem acontecido e como todos sabem em Setúbal.

Estamos a desanuviar, a facilitar, a fortificar a circulação do trânsito, a permitir o socorro, se for caso disso, e estamos a criar as alternativas numa intervenção, que recorde e termine, que é eminentemente provisória.

É a primeira vez que o município tem a gestão daquela estrada e é a primeira vez que pode intervir, por isso vai fazer a estação para tratar o saneamento e vai fazer o controlo da circulação para impedir os estacionamento nas bermas da estrada. Onde não se pôde, só por esse facto de não ter conseguido fazer os impedimentos até ao final, até ao Creiro, é que se arranjou aquela solução, que é uma solução muito pensada por várias entidades e muito técnica a alternativa melhor encontrada com o conselho da GNR, com o conselho de todas as entidades e dos próprios comerciantes que não se queixaram, pelo contrário.

O senhor fala dos comerciantes, já ouviu os comerciantes a queixarem-se? Pode lá ter um a reclamar, há de haver sempre quem reclame e quem não goste. Estão com menos clientes? Não se tem ouvido a queixar que estão com menos clientes, às vezes os nossos ouvidos captam aquilo que nos interessa.

Espero que este debate se mantenha vivo e aberto, porque estou muito convencido que toda a população vai sentir, o que nas poucas oportunidades de dias de sol já sentiu, que é poder ir e estar descansadamente nas praias da Arrábida, coisa que era uma aflição até este ano.

Julgo que criamos condições para que as pessoas possam ir e estar descansadamente nas praias da Arrábida e depois lá chegará a vez também da Albarquel. Irá chegar a vez do ordenamento e depois o senhor vai dizer que foi impedido, não foi. Impedimento é a bagunça que lá está agora, isso é que é um impedimento a um acesso livre, civilizado e em condições de segurança. O que lá está hoje é que é mau.

**Suzel Costa (PAN)** – Quero responder à Alice Basílio e também aproveitar para esclarecer alguns dos eleitos municipais.

É óbvio que à exceção de alguns deputados, de alguns grupos parlamentares, nomeadamente do PAN e do Bloco de Esquerda, nenhum dos outros detetaram quaisquer anomalias no que respeito às regras de bem-estar animal. É óbvio que quando alguém diz que vai à minha casa também a costume limpar antes.

Por outro lado, as regras de bem-estar animal, baseadas na nossa visão antropocêntrica, significam além de outras coisas cinco liberdades, os animais livres de fome, livres de sede, livres de sofrimento, livres de stress e livres para expressarem o seu comportamento natural.

É muito estranho que desde alguns anos a esta parte coloquemos vacas e ovelhas num barco, que não é de todo adequado ao comportamento natural deles, e os enviemos para o Médio Oriente durante dias e dias a fio, onde enjoam e defecam. Uma vaca produz 30 Kg de fezes por dia, estamos mesmo a ver como é que isso será no navio, o odor a urina a fezes que já se sente ali na zona do porto já deixou de ser uma questão de saúde e bem-estar animal para ser uma questão de saúde pública.



Há semelhança do que se passa com as regras de extradição dos presos, nós não extraditamos presos para países que tenham pena de morte, mas estamos a extraditar animais vivos para países que os abatem em condições que nós não aceitamos. É isso que aqui estamos a tentar que percebam.

Se calhar era importante saber isso e pensarmos aqui nesta assembleia, talvez mais tarde, os nossos eleitos municipais possam ir visitar o porto num dia algumas horas depois dos animais terem embarcado, assim ao fim do dia.

**Vitor Rosa (BE)** – Só duas pequenas questões, não percebi na intervenção do Sr. Vice-Presidente se acabou por responder a uma das preocupações colocadas pela senhora Alice e que tinha a ver com a questão da segurança. É que sendo do domínio público e tendo havido uma tentativa de atropelamento, segundo aqui alegado, se da parte do executivo ou se da parte da autarquia pelo menos fazem uma recomendação junto da Tersado ou de quem tem algum domínio sobre aquele espaço relativamente a estas condições de segurança.

Não ouvi ou pelo menos não consegui perceber se houve essa resposta da parte do Sr. Vice-Presidente relativamente a esta matéria.

Quanto às questões da Arrábida importa também dizer o seguinte, o Sr. Vice-Presidente falou aqui, concordando com algumas das questões aqui levantadas obviamente e discordando de outras, e mais à frente havemos de discutir isto no ponto do regulamento, e julgo que relativamente às alternativas de acesso às praias da Arrábida peca por muito aquilo que a autarquia e o executivo não fizeram nesta altura. Nomeadamente das acessibilidades em termos de transportes públicos que é manifestamente inferior àquilo que será expectável em termos de procura, pelo menos pelos números indicados pelo próprio *site* da câmara de que nos últimos anos a média de procura nas praias da Arrábida rondou as 300 e as 400 mil pessoas.

O que existe com estas condicionantes relativamente aos acessos de transporte particular e àquilo que é a oferta de transporte público, através dos TST, é muito diminuta.

Senhor Vice-Presidente, decorreu á pouco tempo as jornadas parlamentares do PCP no litoral alentejano e uma das preocupações que o seu partido referiu em relação à questão dos problemas dos transportes ou ao problema dos TST é não responder às necessidades das populações desta área e aos preços dos bilhetes dos TST.

Se existe esta preocupação do seu partido, julgo que este executivo, que tem uma maioria CDU e obrigatoriamente também ligado ao PCP, qual é a tentativa de capacidade de influência para que se altere aquilo que hoje existe? É essa a questão quando falamos de alternativas, se de facto fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, porque o que nós queremos é mais e melhor transporte público, novos horários e se essa capacidade foi ou não reiterada por parte do executivo junto dos TST.

Quando vamos aqui falar de alternativas, parece que estamos todos no mesmo barco, parece que estamos todos de acordo, mas depois olhamos para aquilo que é a prática, e dei um exemplo na reunião da Comissão de Finanças, é que os dias úteis de transporte dos TST, por exemplo, de Azeitão ou da própria rodoviária para a Figueirinha em que esse horário termina a 30 de agosto e a praia vai até 30 de setembro. Houve essa preocupação nas alternativas que aqui foram faladas? Os transportes de Azeitão para o Portinho da Arrábida decorrem de duas em duas horas, é isto que queremos em alternativa de transportes públicos para os azeitonenses de acesso às praias da Arrábida?



**Presidente da Mesa** – Só quero chamar a atenção para os senhores deputados, porque o nosso regimento é bem claro sobre a forma de intervir na sequência da intervenção do público e, portanto, as questões dos senhores deputados devem ser em resposta das questões que o público colocou.

O senhor deputado fez uma intervenção que tem pouco a ver com isso, como sabe muito bem, tem outros tempos de intervenção, noutros momentos da Assembleia Municipal para fazer isso. Agora o senhor fez essa intervenção e, naturalmente, que não vou dar a palavra ao executivo para dar resposta às questões e às interrogações que o senhor fez. Chamo a atenção dos senhores deputados para tomarem cuidado com estas questões.

A assembleia tem regras de funcionamento e os senhores deputados sabem muito bem-quais, porque se não voltamos isto ao contrário e depois cada um acha que tem mais tempo para intervir e temos tempos limitados para o fazer.

**João Viegas (CDS-PP)** - Sem dúvida que temos aqui um conjunto de intervenções por parte do público e o tempo é que é relativamente curto.

Em relação à questão do transporte de animais, só aqui dar algumas notas que também é importante esclarecer. Os produtores portugueses são escolhidos pela qualidade da carne e a garantia das condições de transporte e é preciso nós também conhecemos todas estas realidades antes de nos pronunciarmos.

Estes animais são transportados para Israel por um requisito e por uma questão religiosa e há a exigência de que os animais têm que ser transportados vivos e, como é óbvio, há que garantir as mínimas condições destes animais, porque se eles chegarem ao destino e não estiverem nas condições que eles exigem, pura e simplesmente recusam.

É preciso também termos aqui algum cuidado, alguma análise, há exigências também significativas em relação até da legislação, os animais são colocados em isolamento com vacinação adequada para poderem fazer estas viagens e também temos que ter um cuidado de analisar todas as vertentes, não só algumas.

Por outro lado, eu também recebi algumas informações por parte até dos motoristas que diziam exatamente o contrário, que são elementos da vossa associação que muitas vezes se colocam à frente, por isso é que é bom ouvirmos as duas partes para esclarecermos, mas nem sempre acontece.

Quando analisamos estas questões é importante conhecer as duas partes.

Antes da visita dos deputados ao Porto de Setúbal tive a oportunidade também de estar na véspera dessa visita, realizou-se lá umas explicações e tive o cuidado também de ouvir aquilo que foi dito pelas diversas partes.

Em relação à questão do Óscar Alexandre dos Santos é importante a necessidade que esta freguesia tem, sem dúvida, em relação a este apoio para os idosos. É difícil da nossa parte avaliarmos aqui se a IPSS que referiu se tem ou não, neste momento, condições para a construção e que apoios poderá ter da Segurança Social.

Como é óbvio é uma preocupação que acompanhamos.

Vai ser muito difícil responder a todas, de qualquer forma em relação ao senhor Jonas Bonaparte dou as seguintes notas, a Arrábida não tem, nunca teve e nunca terá condições para estacionar todos os veículos que habitualmente estacionavam ou que se pretende que estacionem.

Queremos, de uma vez por todas, colocar este aspeto em cima da mesa, não tem, nunca teve e nunca terá, pelo que as soluções que têm que ser encontradas serão alternativas que permitam que as pessoas se desloquem para as praias e que possam usufruir daquele espaço.



Nós temos capacidade em termos de praias sim, de estacionamento não temos, vou repetir mais uma vez, não temos, nunca tivemos e nunca teremos. Portanto, todas as soluções que encontrarmos deverão privilegiar outro tipo de transporte.

Nesse sentido, e aproveito aqui também a oportunidade que me dá para lhe dar uma resposta, o CDS em campanha eleitoral apresentou propostas e foi dos partidos que em relação ao estacionamento....

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado agradecia que fosse abreviando a sua intervenção.

**João Viegas (CDS-PP)** – Vou abreviar o mais que puder.

Se em termos até de campanha eleitoral apresentámos propostas, eventualmente, no sentido de garantir o estacionamento de um dos lados, neste momento reconhecemos que essas condições não estão criadas e, portanto, há que de uma forma transitória encontrar soluções alternativas.

Em relação às propostas que apresentamos, é curioso que o senhor num órgão de comunicação social, e quando se pretende que os partidos políticos deem uma resposta diferente perante as populações, aquilo que é sugerido pelo senhor Jonas Bonaparte e por um movimento que, entretanto, está criado, é que existe aqui uma ação concertada pelo executivo comunista. Ou seja, os partidos não podem em determinadas ocasiões convergir nas opiniões, aquilo que é transmitido até pelo movimento de cidadãos que surge de uma forma espontânea e natural é uma acusação que há aqui uma ação concertada, como se as pessoas em determinados momentos e os partidos políticos não pudessem ter ações que visam o mesmo objetivo.

Não há aqui necessidade nenhuma de concertar, até porque o executivo e a CDU não precisam ou não precisará nesta matéria do apoio do CDS.

De qualquer forma vos convido a permanecerem na sala, vamos ter aqui oportunidade ao longo desta sessão de voltarmos a falar sobre esta matéria.

**Carlos Batista (PS)** – Para sermos breves, o Partido Socialista acompanha as preocupações de todos os municípios que aqui vieram apresentar os seus problemas.

Sobre a questão da Alice Basílio, a bancada do Partido Socialista também quer estar presente num próximo carregamento de animais que se realizar em Setúbal. Agradeço que depois nos possa realmente informar, porque teremos muito gosto em ir acompanhar o vosso Movimento para ver no local o que realmente se está a passar.

Sobre a questão do Centro de Dia, creio que o executivo da câmara já os informou também que já disponibilizou os terrenos e que está disponível para ajudar.

Na questão da Arrábida, nós temos um ponto na Ordem de Trabalhos e nessa altura vamos depois apresentar quais são os nossos pontos de vista sobre esta questão.

**João Luz (CDU)** – Relativamente ao conjunto de intervenções dos municípios, em primeiro lugar agradecer a cada um deles o conjunto de questões que aqui nos trouxeram.

Em relação à município Alice Basílio e à questão do transporte de animais vivos, estranhamente não fui informado e a senhora deputada Suzel Costa poderia tê-lo feito, porque a iniciativa partiu do PAN e apesar da intervenção dela ter dado a entender que apenas duas bancadas manifestavam alguma reflexão e alguma preocupação sobre esta matéria, a verdade é que esta Assembleia Municipal por iniciativa do PAN aprovou uma moção sobre esta matéria também tendo em conta o voto da bancada da CDU. Apesar não ser referido, importava da nossa parte esclarecer isto, não é uma matéria da qual estejamos alheados e também ficou por esclarecer ou por informar, talvez seja este o termo, a resposta da Direção-



Geral de Alimentação e Veterinária sobre esta matéria, enfim, contrariando alguns dos elementos da moção que foi aprovada pela assembleia e prestando outro tipo de informações. Isto apenas para dizer que, ao contrário da forma com que são ditas determinadas coisas, há matérias que não são exclusivas apenas de alguns. Era este o esclarecimento que queríamos dar.

Relativamente à matéria de segurança é uma preocupação que é o facto de não estar e não ser da competência do município. De qualquer das formas, este é um espaço público onde essa matéria foi colocado e não deixamos de o registar e entendemos que as autoridades, designadamente policiais, são as entidades adequadas para prestar o apoio e o auxílio quanto a estas matérias.

Quanto à questão das praias da Arrábida, está no período da ordem do dia onde poderemos aprofundar esta matéria, mas passando ao lado das questões de forma e a forma como em certas ocasiões nos vêm sendo trazidas aos órgãos autárquicos estas matérias, dizer que as preocupações sobre a Arrábida são preocupações dos setubalenses para com os setubalenses, mas também são preocupações de todo e qualquer cidadão deste país e do mundo para com aqueles que visitam e que frequentam a Arrábida.

Não pedindo eu a morada e os certificados para ver se são ou não moradores ou nascidos e criados em Setúbal, não deixarei de dizer que há setubalenses que têm um entendimento sobre a Arrábida que não é o entendimento da utilização selvagem da viatura própria, é o entendimento de que a Arrábida é um património natural e cultural inestimável que deve ser protegido, que a sua integridade e a sua autenticidade têm que estar acima do interesse egoísta e individual de cada um. Portanto, é o interesse de uma Arrábida que é muito mais do que a liberdade de eu levar o meu carro até à toalha de praia.

Sobre esta matéria entendemos que existem todas as condições para que esta assembleia, o conjunto dos órgãos autárquicos, e também os cidadãos e os seus movimentos participem coletivamente na construção de uma outra cultura, na relação entre a comunidade e a natureza, neste caso na relação entre a comunidade e o conjunto das praias da Arrábida.

O que se passou até este ano, foi da exclusiva responsabilidade do conjunto de entidades que tinham jurisdição sobre aquela área, foi absolutamente desastroso e sobre essa matéria é estranho que um conjunto de preocupações não tenham vindo para cima da mesa.

Eu, por diversas vezes, fui impedido de frequentar as praias da Arrábida por um motivo, é que estavam completamente ocupadas, não havia forma de passar, não havia forma de lá chegar.

Hoje esse fator não acontece, e mais, aquilo que aparece como uma grande preocupação com a liberdade de circulação, e não estamos a falar da liberdade de circulação, porque o direito à mobilidade está garantido, estamos a falar do impedimento da utilização do veículo próprio num troço de 3 Km, é disso que estamos a falar.

Esta parece ser, para alguns, uma questão perfeitamente inconcebível, para nós não é, porque há outros interesses e outros direitos que se sobrepõem ao direito do uso da viatura particular.

As questões de segurança que já aqui foram levantadas, permito-me dizer que, para além das questões de segurança, as questões da autenticidade e da integridade do bem e de uma Arrábida com uma integridade paisagística que não é posta em causa pela utilização da viatura particular, sobrepõem-se, na minha opinião, a esse conceito que é trazido e a essa preocupação que alguns têm de utilização livre da viatura individual.

**António Costa Ferreira (PPD/PSD)** – O PSD, ao contrário da locução do deputado anterior, apenas quero referir o seguinte, nós ouvimos as preocupações das pessoas que aqui vivem e algumas delas têm falta de condições básicas e que o Partido Comunista sabe programar as coisas e tem as suas prioridades.



Nós não tínhamos as mesmas prioridades, porque é inaceitável que ainda hoje hajam pessoas sem abastecimento de água público, que haja pessoas que se confrontam com insalubridades e poluição hídrica por esgotos, que é um problema de saúde pública.

Vamos estar atentos a todas as questões que o público colocou, porque são falta de condições primárias para qualquer cidadão e que nos deve, portanto, merecer reparo por não termos conseguido reparar isto em 40 anos de democracia e liberdade.

Todavia os casos que foram colocados sobre a questão das acessibilidades, o PSD está atento, tem consciência de que o problema que existia anteriormente era inadequado, era incivilizado, mas também não concordamos com a solução drástica, cubana que foi colocada com cancelas e que impede totalmente o trânsito.

Portanto, a solução tem que evoluir, tem que se aperfeiçoar e há uma medida de constituição de uma comissão eventual de acompanhamento que esperemos que funcione e que ajude a resolver os problemas de acesso verdadeiro àquelas praias que são um bem de todos os sadinos e portugueses.

**Presidente da Mesa** – Terminámos aqui o período da intervenção do público, voltava a agradecer a participação de todos aqueles que quiseram aqui vir e colocar as suas questões, creio que tiveram respostas sobre todas as questões aqui colocadas, naturalmente, com opiniões diferentes, mas também a democracia é assim mesmo.

O que importa é que o nosso debate e a participação foram enriquecidos e julgo que esta descentralização da Assembleia Municipal para as freguesias pretende exatamente criar as condições para enriquecer a democracia.

Passamos agora ao período da ordem do dia e quero aproveitar, mais uma vez, para agradecer à Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-Vinda à Liberdade pela cedência destas belíssimas instalações, creio que nunca tivemos tantas condições como as que temos hoje aqui e, portanto, não podemos deixar de realçar este aspeto e agradecer a forma como nos recebeu aqui e o apoio logístico que foi dado ao funcionamento da Assembleia Municipal.

Agradecer também à Junta de Freguesia por todo o apoio e as condições que criou para que esta assembleia pudesse aqui funcionar. Não podia deixar de agradecer aos trabalhadores da Câmara Municipal, a todos, incluindo aqueles que dão apoio aos órgãos municipais, designadamente à Assembleia Municipal, e agradecer a todos aqueles que contribuíram para que esta Assembleia Municipal descentralizada pudesse aqui reunir.

Agora que estamos aqui todos instalados e tudo está a funcionar, pode parecer que foi fácil, mas posso-vos garantir que houve muitas dificuldades no meio disto tudo, porque não há uma tradição de fazer estas reuniões descentralizadas e, por isso, foi necessário criar essas condições e naturalmente que tem custos financeiros, mas também tem custos da parte designadamente dos trabalhadores do município, do seu esforço para criar estas condições.

Como disse, vamos entrar no período da ordem do dia e os senhores deputados sabem que as comissões produzem os seus relatórios, fazem as suas atas e normalmente o que acontece é que nas deliberações que as comissões tomam referem-se a propostas que estão na ordem de trabalhos.

Acontece que há dois pareceres que foram emitidos pela Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade que não têm diretamente a ver com as propostas que irão ser apreciadas neste período, pelo que pedia ao Sr. Presidente desta comissão para nos ler e apresentar os pareceres relativamente às petições públicas “Criação do Provedor Municipal dos Animais” e “Criação de alternativas ao pagamento de exploração abusiva de um espaço público situado na reserva Natural da Arrábida”.



Senhor Presidente faça favor de ler estes pareceres, porque é uma forma também de dar conhecimento aos munícipes aqui presentes.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Relativamente à petição pública para a criação do Provedor Municipal dos Animais, a Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu o seguinte parecer: *“Considerando que a petição apresentada constitui reprodução exata da proposta apresentada na sessão da Assembleia Municipal de Setúbal, realizada a 27 de fevereiro, tendo merecido apreciação, discussão e decisão da referida sessão, a Comissão é de parecer que deve ser dado conhecimento do teor desta decisão ao primeiro peticionário, não se justificando o seu reagendamento, face à inexistência de outros factos, argumentos ou matéria deliberativa no curto espaço de tempo, entretanto, decorrido.”* Este parecer foi aprovado com 9 votos a favor, da CDU do PS e do PPD/PSD, e um voto contra do PAN.

**Presidente da Mesa** – Temos de proceder à votação também deste parecer da comissão aqui na assembleia, dado que é um parecer da comissão que sobre a qual a assembleia também tem de se pronunciar ou seja confirmar ou não este parecer.

O parecer foi aprovado com 34 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 3 votos contra, 2 do BE e 1 do PAN.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Relativamente à “petição pública para criação de alternativas ou pagamento de exploração abusiva de um espaço público situado na reserva Natural da Arrábida, a comissão produziu o seguinte parecer: *“Considerando que a matéria peticionada, foi submetida a discussão pública, nos termos da lei, e será apreciada nesta Assembleia Municipal, na próxima sessão de 29 de junho, com conhecimento das propostas, reclamações e contributos daquela resultante, bem como do teor e subscrição desta petição, a Comissão é de parecer que ficam preenchidos os requisitos de apreciação desta, que se esgota na discussão e votação da “Proposta n.º 19/2018 DURB/DIPU/GAMOT - Regulamento Específico de Zonas de Estacionamento Controlado na Praia da Figueirinha” de cujo teor deve ser dado conhecimento ao primeiro peticionário.”* O parecer foi aprovado com 9 votos a favor da CDU, PS e PPD/PSD e 1 voto contra do PAN.

O parecer foi aprovado com 34 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 3 votos contra, 2 do BE e 1 do PAN.

#### **IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

##### **1. Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança**

A Segunda Secretária fez a chamada e os que estavam presentes vieram à frente para tomar posse, fazendo o juramento e assinando a ata, conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata.





## **2. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de Abril-Maio 2018**

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento arquivado em pasta anexa à presente ata registado sob o n.º 26.

Não houve intervenções.

## **3. Acesso a Praias do Sado através da EN 10-8**

**Presidente da Mesa** – É uma proposta da CDU sobre o acesso às Praias do Sado através da Estrada Nacional 10-8.

Para quem não tem esta informação, o primeiro documento que foi distribuído aos senhores deputados era um ofício da Junta de Freguesia do Sado, embora se trate de uma proposta da CDU a iniciativa veio do Presidente da Junta de Freguesia do Sado.

Vimos na Comissão Permanente que, sendo uma proposta da CDU, que a mesma deveria fazer chegar essa proposta. A proposta acabou por chegar, mas ela não vem com o símbolo da CDU, mas vem assinada por eleitos da CDU.

A que foi distribuída foi a que veio por e-mail, mas o original está assinado pelos senhores deputados da CDU.

Dado este esclarecimento, o que importa aqui é que há esta proposta e que está à consideração dos senhores deputados.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A discussão e o parecer emitido pela Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade têm que ver com a proposta de agendamento e do aprofundamento que nessa sequência fizemos em comissão e não tanto com a proposta de deliberação que, entretanto, foi remetida posteriormente e sobre a qual naturalmente não nos debruçarmos.

Relativamente àquilo que foi a iniciativa do Sr. Presidente de Junta de Freguesia do Sado e à discussão que fizemos na comissão, dizer o seguinte, a Comissão foi informada do ponto da situação relativamente a esta questão, lembrando diversas intervenções e posições anteriormente assumidas na Assembleia Municipal de Setúbal, e a Comissão considera ser da maior importância a construção do acesso em falta, bem como a manifestação de solidariedade e apoio à população, à Junta e à Assembleia de Freguesia do Sado na continuada exigência da sua concretização.

Esta posição da Comissão foi aprovada por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

**Manuel Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado)** – Em relação a este parecer da comissão, quero agradecer em nome dos cidadãos da Freguesia do Sado esta solidariedade para com a freguesia e para com os seus moradores e em particular para com as pessoas que vivem em Praias do Sado.

Este parecer é para nós deveras importante e certamente que na parte da deliberação terei algo a dizer em relação à proposta, depois da deliberação que são coisas diferentes.

**Manuel Fernandes (PS)** – Esta deliberação, e ainda bem que estamos na Junta de Freguesia do Sado, em boa hora aparece até mesmo porque o Partido Socialista desde a primeira hora que se manifestou ao lado da população.



Sabendo que o problema que se verificou na altura foi oriundo de um caderno de encargos de uma empresa que iria instalar o grande investimento que foi feito na empresa Navigator, na altura Portucel. Fazia parte do caderno de encargos a ligação da chamada agora a rotunda da área das casas amarelas para fazer a ligação à autoestrada e desviar o tráfego do trânsito pesado dentro da circulação das estradas urbanas.

Assim sendo, este caderno de encargos ao ser cumprido, criou-se ali uma situação que o Partido Socialista desde a primeira hora que se manifestou com a urgência de uma solução rápida para que se resolvesse o problema.

Desde então e uma vez que não somos nem poder na Junta de Freguesia e nem poder na Câmara Municipal, temos ficado na expectativa de saber de que forma é que as coisas evoluem.

Desde a primeira hora que o Partido Socialista está, obviamente, ao lado da população na necessidade urgente em arranjar uma alternativa à situação criada e gostaria até de perguntar ao Sr. Vice-Presidente se dentro do que tem acontecido nos últimos anos, se existe alguma novidade, algum diálogo, alguma dificuldade que possa ser ultrapassada para que também saibamos que tipo de dificuldades com as quais o executivo se possa estar a prender para que todos tomemos conhecimento do que é que se está a passar.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – O PSD sobre isto obviamente que está solidário com as privações e com as alterações de acesso que a Freguesia do Sado sofreu com a construção da via rápida.

Tive o privilégio de interrogar o Sr. Vice-Presidente quando se discutiu isto na comissão, se havia projetos ou se a negociação que tem havido, salvo erro vem desde 2010 ou 2008, porque aquela obra foi realizada em duas fases e tive o cuidado de me tentar informar com colegas que tiveram na então IP sobre a razão. A razão prende-se com a falta, do ponto de vista técnico, da ligação do nó e em repor o nó no sítio onde estava a saída do fim da 1ª fase.

Independentemente de estarmos, obviamente, solidários com a necessidade de se fazer a obra, que certamente por razões técnicas vai ter que ter um acesso ligado à Estrada de Santas e que, segundo os técnicos daquelas vias, tem que ser apoiada ali e não no nó a criar na via rápida 10-8.

Se houve mais evoluções e compromissos, pedia ao Sr. Vice-Presidente um esclarecimento.

**João Viegas (CDS-PP)** – Em relação a esta deliberação, como é óbvio, o CDS acompanha e votará favoravelmente dando nota de que esta não é uma preocupação pelo facto de aparecer aqui esta deliberação, porque no passado e noutra local tive a oportunidade também de ao Governo colocar precisamente perguntas no sentido de esclarecer a razão pela qual esta obra ainda não tinha sido executada.

Em 2014 essa pergunta foi feita, infelizmente a obra não está concluída, quer esta, quer também, como referiu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, a questão da passagem superior do caminho-de-ferro, e por parte do CDS, quer neste fórum, como noutros fóruns, teremos a oportunidade, com certeza, de continuar a insistir para que de uma vez por toda esta situação fique resolvida.

**Manuel Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado)** – Pelas intervenções proferidas, dá-me ideia que transparece que há aqui muito desconhecimento temporal deste problema. Na verdade, a Junta de Freguesia do Sado soube, não diretamente por vias oficiais, que Praias do Sado iria ficar amputada da saída daquele nó onde terminava a via rápida.



Prontamente a Junta de Freguesia do Sado, a Câmara Municipal e a população se levantaram contra esta vontade. Houve desenvolvimento de ações, que levou a que as Estradas de Portugal realizassem uma reunião pública com a população em Praias do Sado onde os técnicos justificaram que aquele nó não poderia continuar ali, mas disponibilizaram-se para fazer um acesso alternativo que era o da Estefanilha a Praias do Sado.

Logo aquela vontade de manter ali um nó, tecnicamente fundamentada que não era possível, e havendo o compromisso das Estradas de Portugal que havia uma alternativa, naturalmente que a população acreditou nessas palavras e nas do Governo de então e abrandou essa mesma pressão. Mas não deixando de pressionar a importância que o acesso tem para as Praias do Sado por algumas questões que estão enumeradas no próprio ofício e em que a própria proposta de deliberação também as enumera.

Nessa altura estávamos num Governo do Partido Socialista, a seguir veio o partido do PSD/CDS a governar e nessa altura informaram que não era prioritário, porque não viviam o problema. Se estivessem aqui num debate destes, talvez, passasse a ser uma prioridade, porque depende do momento quando não temos caso criamos o caso.

Na Assembleia de Freguesia do Sado o Partido Socialista sempre teve uma posição de defesa do acesso a Praias do Sado. Nesta legislatura, por surpresa das surpresas, não é importante, a própria intervenção dos mesmos da Assembleia de Freguesia num debate destes não foi importante.

Há aqui uma falta de coordenação, talvez, é da responsabilidade do Partido Socialista e não é da responsabilidade da CDU, mas nem quero entrar por aí.

Agradeço à Assembleia Municipal, aos deputados municipais de estarem com essa determinação, mas é certo é que temos que passar das frases aos atos. O Governo e as Infraestruturas de Portugal têm que cumprir e honrar o compromisso que assumiram com as Praias do Sado, que é construir o projeto.

O projeto foi elaborado, foram feitas expropriações, houve visitas ao local, a Câmara Municipal disponibilizou-se para o efeito, o próprio IPS também, a Câmara Municipal na altura suspeitava que havia uma habitação que estava a ser habitada por uma família e disponibilizou-se para realojar essa mesma família, mas concluiu-se que não havia nenhuma família a realojar, porque a casa estava desabitada.

Os terrenos são do IHRU, portanto, não é da responsabilidade do município. A resposta do ministro é a de voltar-se para o município e andamos aqui como uma bola de ping-pong ou uma pedra quente e andamos aqui a querer empurrar de uns para os outros.

O esperamos é que no concelho de Setúbal, a Câmara e a Assembleia Municipal, a Assembleia e a Junta de Freguesia do Sado sejam, de facto, o poder local também a exigir ao poder central que tome medidas no sentido de minimizar estes impactos negativos à mobilidade das pessoas, porque falamos do socorro, falamos da ida para o trabalho, de dispêndio financeiro do consumo de combustível e da emissão de gases para a atmosfera.

Há uma outra questão que tem a ver com questões de segurança, nós estamos numa freguesia do concelho, não sabemos quando é que um acidente de maior gravidade possa ocorrer, aconteceu em 2017 o incêndio na SAPEC do enxofre, e naturalmente que a população das Praias do Sado viveu momentos de aflição e são com estes problemas que estamos preocupados.

**Manuel Fernandes (PS)** – Na sequência depois do que foi a intervenção do Sr. Presidente da Junta, convém esclarecer que fiquei a saber que os deputados da Assembleia de Freguesia do Sado perante o documento que foi apresentado, e julgo que foi apresentada uma moção ou



uma recomendação ou algo do género, os deputados do Partido Socialista não votaram contra essa moção, abstiveram-se, e abstiveram-se e explicaram porquê.

Explicaram, precisamente, porque não se identificavam nem com o tipo de linguagem, nem com a forma como estava construído o texto, porque estava mais preocupado em fazer oposição ao Governo do Partido Socialista do que em resolver o problema. Mesmo assim, os deputados do Partido Socialista, eleitos na Assembleia de Freguesia, não votaram contra esse documento.

Desde o início que o Partido Socialista se colocou e estava a achar muito estranho essa intervenção do Sr. Presidente, precisamente por esse motivo.

Também gostaria de dizer que, uma vez aprovada esta recomendação, a mesma deixa de ser uma recomendação da CDU e passará a ser uma recomendação da Assembleia Municipal. A ser aprovada, tudo indica que sim a julgar por aquilo que aconteceu na comissão, gostaria também de frisar este ponto, porque julgo que é importante e reforça também os argumentos aqui plasmados na própria recomendação.

Também não gostaria de deixar de dizer que achei interessante a intervenção do senhor deputado João Viegas, uma vez que ele fez parte e foi deputado eleito na Assembleia da República entre 2011 e 2015 e em que o seu próprio partido estava no poder, fazendo perguntas e não resolvendo o problema e agora coloca-se numa posição em que depois de estar cá fora parece que é muito mais fácil do que estar lá para resolver os problemas.

**João Viegas (CDS-PP)** – Ao senhor deputado Manuel Fernandes cria-lhe só dizer o seguinte, fui deputado na Assembleia da República enquanto o Governo PSD/CDS estava em funções e não foi por isso que o deputado João Viegas, em representação do CDS, deixou de fazer a pergunta ao Governo. Não tive qualquer problema em fazer a pergunta ao Governo para questionar e isto foi em 2014.

Acaba por entrar numa contradição que, se efetivamente os deputados do Partido Socialista e os membros desta Assembleia entendem que a pergunta deve ser feita que a façam, se entendem que é de enorme justiça para a população que a façam, independentemente do facto de estar o Partido Socialista no Governo.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – É para deixar o meu protesto para com as afirmações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Recordar que as pessoas têm toda a legitimidade em quererem que tudo se faça, mas a própria Câmara Municipal também tem limitações por razões financeiras e foi o que ocorreu no Governo do PSD e do CDS.

A questão é que os senhores estão a apoiar um Governo há três anos e estão a beneficiar do esforço que foi feito anteriormente e já é tempo de não estarem só a acusarem e chamem a si a vossa responsabilidade, porque há três anos que estão no Governo.

**Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado)** – Só para dizer que fiz uma afirmação que é verdadeira, não é falsa, e não foi infundada.

Em relação ao problema do Partido Socialista, efetivamente não votaram contra, mas estiveram contra. Fale com os senhores deputados e esclareça, por favor.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.



**Vitor Ferreira (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“É só para dizer que estou profundamente satisfeito, porque o que se espera agora, e foi nesse sentido que esta bancada votou favoravelmente, é que se discuta menos uns com os outros e se ajude mais uns aos outros a construir o nó.”*

#### **4. Criação de Comissão Eventual de Acompanhamento “Arrábida sem Carros”**

**Vitor Rosa (BE)** – Nós estamos de acordo com desta Comissão Eventual, bem como de outras que façam todo o sentido para a discussão, aprofundamento e fiscalização dos atos desta assembleia e do próprio executivo.

A única dúvida que temos em relação à criação desta Comissão Eventual prende-se com o funcionamento que temos tido das outras comissões existentes atualmente. Essa é a minha dúvida e dou o exemplo relativamente à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, o Bloco de Esquerda apresentou, em 21/12/2017, uma Moção sobre o Bairro da Liberdade que baixou à Comissão de Ambiente, houve uma reunião a 20/02/2018 relativamente a esta matéria onde foi discutido este assunto. Na discussão elaborada nessa reunião ficou decidido que seria pedido informação ao executivo para fundamentar melhor o trabalho desta comissão. A 17/03 houve diligências da parte do Sr. Presidente da Comissão, deputado Jerónimo Lopes, junto do Presidente da Mesa da Assembleia, para fazer perguntas ou pedir informações ao executivo, estamos a 29/06/2018 e passados mais de seis meses esta Comissão de Ambiente não tem uma única resposta da parte do próprio executivo relativamente a esta matéria.

Pergunto, andamos a criar comissões, andamos a tentar fiscalizar o trabalho deste executivo, andamos a pedir informações e depois em termos de transparência e de respostas do próprio executivo ele não acontece.

A minha preocupação é que nesta proposta está aqui a falar-se de seis meses, é que estamos em junho de 2018, vamos falar sobre uma matéria que está em discussão em toda a sociedade setubalense e azeitonense e depois quando é que vamos elaborar o relatório, quando é que é que a própria câmara e todo o executivo vão dar informação a essa comissão que agora vai ser criada.

São estas as minhas dúvidas em relação à criação desta comissão, mas qualquer das formas aprovamos a criação desta comissão.

**João Viegas (CDS-PP)** – Tendo sido esta proposta apresentada pelo CDS, dar nota de que nesta assembleia a preocupação que existe em relação às soluções que têm sido encontradas e que, por outro lado, é bom recordar os recentes acordos de delegação de competências na gestão dos apoios e equipamentos de praias, bem como a gestão e conservação da operação do troço da Estrada Nacional 379-1. Competências essas que a autarquia não tinha e passou a ter e, no nosso entender, faz todo o sentido criar esta comissão para que a Assembleia Municipal de uma forma mais abrangente e com um outro tipo de informação também possa fazer uma avaliação mais adequada em relação às soluções que foram encontradas e eventualmente propor alterações que permitam melhorias em relação às propostas que estão em cima da mesa.

De qualquer forma dar aqui também nota em relação à preocupação com a duração desta comissão eventual. Entendemos que este prazo seria o mais ajustado, mas há sempre possibilidade de alargar o prazo de funcionamento das comissões.



**João Luz (CDU)** – A bancada da CDU acompanha esta proposta do CDS e consideramos que, relativamente à assembleia e ao conjunto de questões que esta comissão pretende avaliar, importa primeiro conhecer, avaliar e depois propor. Consideramos também, apesar de não ser rígido e podermos a qualquer momento o adaptar, que nos parece um tempo adequado para fazer uma avaliação a esta época balnear e no quadro da preparação da próxima assembleia ter uma reflexão já feita sobre este conjunto de medidas.

Estou convencido que, para além das questões específicas da Arrábida e de um enquadramento da Arrábida, esta comissão terá igualmente hipótese de conhecer outros exemplos, outras situações, outros parques nacionais por este mundo fora, designadamente aqui na Europa, e áreas classificadas, inclusive, como Património Mundial, onde soluções para a mobilidade e para a visitação impõem efetivamente algumas restrições.

Não são, de facto, as situações que o senhor deputado Costa Ferreira conhece em Cuba, são noutros países, mas se calhar vale a pena conhecer e acho que esta comissão poderá ser um contributo forte para que o senhor deputado conheça outras realidades, para além da realidade cubana.

**Carlos Batista (PS)** – O Partido Socialista também concorda com a criação desta Comissão Eventual de Acompanhamento, aliás, é uma forma de na nossa assembleia juntarmo-nos todos e conseguirmos em conjunto, de uma forma mais construtiva, resolver ou tentar dar uma solução que satisfaça toda a gente sobre esta questão da Arrábida. Nós estamos plenamente de acordo com ela e vamos, com certeza, votar a favor.

Sobre a questão do tempo, naturalmente, é o tempo que temos, se não conseguirmos para esta época balnear, com certeza que na próxima já teremos o terreno muito mais desbravado, até pela própria experiência do que está a decorrer neste momento.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – O PSD quando abordou esta proposta vê com bons olhos, pessoalmente espero não ser ingénuo, mas acho que vai ser interessante que esta comissão funcione e que ajude a encontrar a solução que os setubalenses precisam para desfrutarem daquelas praias, ao contrário daquilo que o senhor deputado acha que em Cuba existe.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

**5. Deliberação n.º 113/18 – Proposta n.º 30/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, junto à Praceta da Lanchoa, Freguesia de São Sebastião**

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Gostava de ser esclarecido sobre a necessidade de esta desafetação de 2.600m<sup>2</sup> quando a Igreja terá cerca de 500m. Por outro lado, queria que o executivo, tratando-se de um domínio público que foi cedido à Câmara Municipal por operações urbanísticas na envolvente e estando esta parcela dos 2.600m<sup>2</sup> confinada por propriedades privadas e públicas, no caso da Escola da Lanchoa, pergunto se estão



salvaguardados os acessos e toda aquela envolvência à volta da Igreja, daquelas populações e daqueles edifícios.

Por outro lado, saber, porque não está em causa a cedência à Igreja, está sim a preocupação de saber se estes 2.600m<sup>2</sup> cedidos gratuitamente não terão outro destino *a posteriori* que urge, se calhar, serem salvaguardados.

**Carlos Batista (PS)** – A preocupação do Partido Socialista é idêntica à do PSD, mas parece que na própria proposta, se ela viesse com a implantação da Igreja, que está aqui numa planta que não têm qualquer tipo de qualidade, dá a sensação que esta é a implantação da Igreja.

Depois a discussão na comissão, foi sobre se a implantação era da Igreja ou se era a implantação do terreno, porque o que devia estar aqui, não era a implantação da Igreja, não quero saber como é que a igreja vai ser implantada, quero saber qual é o limite do terreno cedido ou que virá a ser cedido à Igreja.

Essa informação é que é importante para nós, não é a implantação da Igreja, se ela faz um “T”, se ela faz um “S”, isso é com os técnicos, o que quero saber, porque nunca consegui ser informado, é qual é o polígono, pode ser um polígono irregular, que representa o terreno a ceder realmente à Igreja. Essa informação é que eu não consegui.

**Vice-Presidente da Câmara** – As questões colocadas pelo senhor deputado Costa Ferreira, pelos vistos, não colheram o benefício da compreensão e da explicação que lhe dei na comissão. Não consegui, confesso. Portanto, também julgo que não devo acalentar esperanças de o convencer agora com qualquer explicação.

Foi-lhe explicado e volta a ser, que se trata de uma cedência para uma determinada finalidade para a ampliação de uma Igreja. Trata-se apenas da passagem do domínio público para uma finalidade, que é de equipamento social e de transferir esse terreno para uma entidade com essa natureza, como o fazemos inúmeras vezes para igrejas, como para a Igreja Católica ou para outras igrejas, para clubes desportivos, etc... A questão nova que está aqui é esta, é a Igreja de Filadélfia que é professada maioritariamente por ciganos, nunca para a igreja... Como?

Está lá na planta, está lá no projeto. Os deputados é que têm de consultar os documentos propostos a deliberação. Está no processo a planta completa e aí está um resumo que é transposto para uma folha A4.

O senhor deputado Carlos Batista colocou em causa a área, palavras suas, “*Com a experiência que eu tenho, olho para isto e vejo logo que não tem a área*”, e eu disse para consultar o processo e ver a planta original à escala em que ela foi desenhada para perceber se tem ou não tem. Pelos vistos não consultou e devia ter consultado. Quanto às finalidades e ao uso, senhor deputado Costa Ferreira, explico-lhe outra vez, no caso de uma deliberação de doação de um terreno nunca se exigiu, nem se exige a qualquer município que traga antecipadamente o projeto e a ocupação do terreno como o senhor pretende, aquilo vai ser a zona de espaço público, a zona de acesso, a zona de confrontações. Está as limitações, estão as áreas, está uma planta que, pelos vistos, não consultaram o processo, podiam tê-lo feito e ficado melhor esclarecidos e perceber se correspondia ou não à medição que está em planta. É uma coisa simples de resolver, não percebo porque é que levanta essas dúvidas, porque se as têm realmente nem sequer se deram ao trabalho de consultar o processo.

Não trago agora aqui no bolso, mas deve estar aí disponível para em caso de urgência poderem consultar. Não há projeto? Claro que não! No momento de uma doação de um terreno nunca vem acompanhado do projeto de execução, isso só irá ser depois remetido aos



serviços e eles definirão as condicionantes, naturalmente com reserva para aquilo que for necessário para o espaço público, para os acessos, etc...

Sabe que é assim, o senhor deputado trabalha com estas coisas e sabe muito bem que é assim. Quanto à dúvida das áreas, tinham que ser conferidas. O executivo não duvida, confiou plenamente naquilo que está no processo, nas plantas que estão desenhadas pelos técnicos que identificaram a área, as delimitações e que têm uma área determinada.

Se os senhores têm dúvidas, deviam ter questionado e verificado nos documentos originais, que pelos vistos não foi feito. Não sei explicar mais que isto.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Vou pedir desculpa de o desmentir, mas na comissão foi pedido ao Sr. Vice-Presidente e ele ficou com o compromisso de que ia fornecer à comissão essa planta com a implantação correta.

**Vice-Presidente da Câmara** – Mas a reunião foi ontem.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Mas foi o que o senhor prometeu.

Gosto de respeitar, mas também gosto que me respeitem. Não estou a pôr em causa nada, só pedi esclarecimentos, porque acho estranho e temos exemplos infelizmente de cedências da câmara que são cedidos para uma finalidade e que depois podem ser desvirtuados. Perguntei se essa situação vai ser acautelada.

A primeira questão foi se aquilo que está integrado, digamos, que é delimitado por estes 2.600m<sup>2</sup>, confronta-se com propriedades privadas e domínio público. como é que vamos ceder para o domínio privado para depois vir outra vez para o domínio público, com a Igreja no meio?

Desculpem lá, há qualquer coisa que não está a bater certo. Isto é um bocado o bê-á-bá de uma situação de projeto. Se não sabem o que é que vão fazer, como é que vão ceder já o terreno?

É uma questão de princípio. Acho que isto devia ser clarificado e não está em causa a cedência, não venha com a questão dos ciganos, nem se for qualquer Igreja, porque tive o cuidado de dizer que isso não está em causa e, aliás, manifestei e foi por unanimidade. Mas agora gostava que me esclarecessem o critério, porque se vai para o domínio privado e depois volta para o domínio público com a Igreja lá no meio, há qualquer coisa que aqui não está bem.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Primeiro esclarecer, porque pode ter ficado aqui alguma ideia relativamente ao compromisso do Sr. Vice-Presidente, não houve compromisso nenhum na comissão relativamente ao fornecimento de mais dados, o que foi dito foi que o processo tinha a planta e que poderia ser consultada. Não há rigorosamente mais nada que tenha atravessado esta discussão, há naturalmente alguma confusão de entendimento ou de dispersão.

O que estamos aqui a apreciar é a passagem do domínio público municipal para o domínio privado municipal, não estamos a apreciar se quer a cedência e nem a dação, nem direito de superfície, nada, isso será seguramente à posteriori.

Neste momento apenas se trata de sair do domínio público municipal para o domínio privado municipal, embora venha uma indicação que julgo que é positiva do que é que a câmara está a prever e o que é que está a desenvolver relativamente à implantação ali, e há até uma indicação relativamente à área que indiciariamente será posteriormente negociada.

O que se vier a desenvolver posteriormente terá que ter os seus trâmites, tem que ter processo, tem que ter projeto e terá que ser decidido se é cedência em direito de superfície e o que será relativamente ao espaço que for determinado.





Não é esse o momento agora, o que estamos aqui a dizer é que vamos passar do domínio público municipal para o domínio privado municipal para negociar esta utilização. Julgo que isto é claro.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Percebo que o Sr. Presidente da Comissão tenha que vir fazer esta defesa, mas não tem razão, porque a questão é que está no domínio público, ser municipal ou público não é a mesma coisa, e passar para o domínio privado é para poder depois ser cedido e o que vem é que será a mesma cedência da mesma área. A questão que se coloca é só precisar isto, mais nada, porque não está em causa a cedência.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Diga lá onde é que isso está escrito na proposta?

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Veja na folha anexa, onde foi feita a avaliação, que diz assim “*O domínio público para posterior cedência à entidade acima referida*”. Há aqui coisas que não casam, há algo que não está bem.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Mas diz que a cedência será na totalidade?

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Mas isso é que é preciso ser esclarecido. Não, mas essa já não vai à Assembleia, porque a partir do momento em que está cedido ao domínio privado da câmara, a câmara já tem a autorização e esta assembleia já não precisa de se pronunciar. Falta rigor.

**Presidente da Mesa** – Senhores deputados se me permitem, a interpretação que eu faço desta proposta é que obrigatoriamente a passagem do domínio público para o domínio privado municipal tem de ter uma deliberação da assembleia. O que na proposta se diz é que “*Para efeitos de posteriormente a câmara ceder em direito de superfície*”, “*em direito de superfície*”, não é outra interpretação.

Não sei se o que acabo de dizer deu para esclarecer alguma coisa.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 2 do BE e 1 de AC, e 6 abstenções, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto; “*O PSD absteve-se nesta votação por pretender apenas ser esclarecido e saber exatamente a área que vai ser passada para o domínio privado para posterior cedência à entidade que vai beneficiar, digamos, desta cedência.*”

**Carlos Batista (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: “*O PS realmente votou a favor, mas acha que a proposta deveria estar devidamente elaborada, o que não está, e devia indicar não a implantação do edifício, mas sim a implantação do terreno que devia ser cedido. A proposta está mal elaborada.*”



**6. Deliberação n.º 156/18 – Proposta n.º 07/2018 – GAP – Aquisição do Edifício EDP e correspondente abertura de financiamento através de leasing imobiliário**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – Após algumas questões colocadas pelos deputados municipais presentes, o Sr. Vice-presidente justificou a intenção de aquisição do atual edifício da EDP com a necessidade de concentração dos vários serviços que se encontram distribuídos pela cidade.

A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor da CDU e 3 abstenções do PS, PPD/PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Dois esclarecimentos, há uma informação ou um relatório de avaliação de 2.430.000 euros, e o que vem à assembleia são 2.600.000, há uma diferença de 170.000 euros. Gostava de saber de uma forma expressa porque é que há este diferencial.

Depois, parece-me que um investimento desta natureza, que é estratégico para a Câmara Municipal, e dado que o edifício tem mais de 30 anos, deveria ter merecido um relatório de avaliação do seu estado de conservação e dos equipamentos que o mesmo tem.

Por outro lado, acho que, sendo também um investimento tão grande, o relatório de avaliação devia ter sido feito por um perito nomeado pelo Tribunal da Relação para que não haja dúvidas sobre os montantes que estão em causa.

São estas as duas questões que solicitava esclarecimento e alertar para que investimentos desta natureza e destes valores devam ter maior transparência e rigor do ponto de vista procedimental e processual.

**João Viegas (CDS-PP)** – Em relação a esta proposta a minha intervenção vai um pouco no sentido da anterior, estamos a analisar aqui esta proposta para aquisição do edifício e a abertura de financiamento através de *leasing* imobiliário. Mas penso que também é importante para os membros desta assembleia perceberem que o executivo devia transmitir na prática que serviços é que vão funcionar neste edifício e o que é que isso representa em relação aos diversos serviços que funcionam noutros edifícios municipais, uns que são arrendados, outros que podem ser propriedade municipal, ou seja, para além de estarmos aqui a avaliar ou analisar o investimento que vai ser feito e a forma como vai ser realizado, neste caso através de *leasing* imobiliário.

Também seria importante nós percebermos se esta aquisição vai representar uma redução efetiva de despesas relacionadas com outros equipamentos, com outras infraestruturas existentes.

Por outro lado, este relatório de avaliação também é importante para se perceber qual é o estado do edifício, aqui trata-se do valor do investimento na aquisição do mesmo, mas ele necessita de intervenções de fundo e quanto é que vão custar essas intervenções? Porque os 2.600 mil euros podem rapidamente chegar aos 4 ou aos 5 milhões e acho que, enquanto membros desta assembleia, devemos também ter uma perceção do custo real que está aqui implícito.

**Afonso Luz (CDU)** – Relativamente a estas questões que estão aqui a ser colocadas quanto à utilização deste espaço que atualmente pertence à EDP, elas já nos foram comunicadas pelo Sr. Vice-Presidente em sede da Comissão de Finanças, portanto não iria falar sobre isso, mas gostava de aproveitar para fazer um apelo ou uma recomendação.



É que na reformulação de ocupação dos vários espaços que a câmara tem e onde desenvolve as suas atividades, em qualquer dos edifícios que depois fiquem disponíveis, que seja tido em conta um espaço condigno para o funcionamento desta Assembleia Municipal.

Sei que estão a ser feitas algumas intervenções na Sala de Sessões, mas julgo que a Assembleia Municipal merece ter instalações, não só relativamente ao espaço para as suas reuniões, mas também para o funcionamento das comissões, para o funcionamento dos grupos de trabalho, para a própria mesa desenvolver o seu trabalho com alguma tranquilidade e dignidade. Julgo que nesta reformulação isto deveria ser pensado e daí este meu apelo.

**Vice-Presidente da Câmara** – Os esclarecimentos pedidos têm que ser dados e na medida do mais impossível são os esclarecimentos ao senhor deputado Costa Ferreira, porque as suas exigências de avaliação nunca são concordantes com as da câmara, o senhor tem sempre outros critérios que não os aplicados.

Houve um avaliador externo, claro que nas avaliações são feitas as contas em relação aos índices, às condições do edifício, ao preço de mercado e não passamos a vida, como o senhor parece gostar de fazer, a desacreditar os avaliadores.

São peritos, conhecem a sua ação, acreditamos que estando credenciados são idóneos e nessa base aceitamos as decisões.

Não tenho muita dúvida e faz sentido a questão que o senhor deputado João Viegas colocou, em que estado está, quanto é que se tem que gastar mais para pôr aquele edifício operacional para este fim. Essa é uma grande vantagem nesta solução.

Se ainda se lembram já andamos aqui, há pelo menos três anos, a falar em alternativas, começou-se por falar no Plaza, estudaram-se outras, até a construção direta, até que esta também era muito procurada há muitos anos e há muitos anos que tínhamos colocado à EDP a possibilidade de fazer ali o negócio com aquele edifício.

Enquanto a EDP teve ocupação suficiente para os funcionários para estarem ali, não cedeu, começou agora a vender alguns dos edifícios aos municípios preferencialmente, em Almada também vendeu, e abriu-se esta oportunidade.

A vantagem deste edifício é que tem uma despesa muitíssimo diminuta de adaptação, porque ele foi todo pensado para escritórios e com divisórias que são amovíveis, são áreas amplas que se podem fazer serviços em *open space*, quando houver oportunidade para isso e não houver prejuízo para os serviços, quando não houver razões até de alguma reserva de atendimento ao público, têm um espaço facilmente modulável e as condições de manutenção do edifício são excelentes. A EDP também nunca deixou degradar aquele espaço, têm equipamentos de Avac, de painéis solares quase novos e em boas condições. É uma vantagem em termos funcionais bastante grande para a ocupação daquele edifício e é uma manobra rápida, porque é adaptar espaços àquilo que foi o estudo de ocupação que os serviços têm estado a fazer e basicamente ficam para os serviços técnicos dois edifícios, concentração em dois edifícios, no Edifício Sado que ainda há de ter alguns serviços lá instalados, mas já permite a ocupação de outros serviços que não são diretamente do município, a Comissão de Proteção de Menores, os Julgados de Paz, há outros serviços em que o município apoia, mas que podem ficar lá a funcionar também em regime de atendimento público.

A transferência vai ser relativamente rápida, porque será em julho que a EDP tem calendarizada a desocupação daquele edifício, está a arranjar outras instalações na subestação de Vale de Mulatas.

A vantagem económica, o senhor deputado João Viegas tem também razão nesse aspeto, porque de facto a informação para deliberação em assembleia podia até ser mais completa trazendo o estudo económico que justifica que esta operação de *leasing* se paga com a



poupança das rendas que o município faz no pagamento disperso em muitos sítios e também para as associações e coletividades. Nós pagamos muitas rendas a coletividades, é uma forma de as apoiar.

Aqueles serviços, como os recursos humanos e a educação, que estão na Praça do Brasil, sendo aquele edifício desocupado vai ser depois reocupado com as sedes das associações e das coletividades, uma espécie de casa do associativismo, e ali colocar um número de associações que dispensem depois o pagamento da renda que a câmara agora está a suportar.

Essa é uma vantagem que permite a reabilitação de entidades externas e dos serviços da câmara e as contas que se fizeram inicialmente, pago em 14 anos, que é o *leasing* que se está a pedir, dois anos de carência e depois um pagamento em 14 anos, a poupança anual pode ser semelhante a isso.

A questão colocada pelo senhor deputado Afonso Luz em relação às instalações da Assembleia Municipal é, no meu entender, muitíssimo pertinente e é mais que justificada o estudo e a reorganização das instalações municipais e acho que exigem uma solução para instalações condignas da Assembleia Municipal.

Há duas hipóteses e elas serão confrontadas depois na aplicação prática da seguinte forma, uma delas poderá ser até o próprio edifício dos Paços do Concelho com um auditório construído no piso onde agora é ocupado pelo arquivo, porque esse edifício vai ter alterações, como já sabem e já veio aqui candidaturas para aprovação ou propostas de financiamento que incluía aquele edifício. A cobertura vai ser remodelada, também com o protesto e a razão da melhoria da eficiência energética, mas vai-se criar espaço. No Edifício Sado também se criou um espaço que, eventualmente, pode levar para lá uma parte significativa do arquivo.

Há uma desocupação daquele espaço que pode inclusive ser para ter um auditório de largas dimensões que dê para o funcionamento da assembleia. É uma hipótese, não estou a dizer que isto está já arrumado, porque à medida que se vai arrumando a casa é que se vão tomando as decisões mais definitivas e chegamos a um ponto em que temos um plano de ocupação à vista. O próprio edifício da EDP tem um piso superior em toda a área do piso, um grande auditório e aí ficamos a ter uma coisa que não temos na câmara, temos apenas o auditório da Biblioteca, mas fora o Fórum Luísa Todí nós não temos uma sala para conferências de grandes dimensões para umas centenas de pessoas. Aquele edifício tem espaço para ficar com um auditório que fica perfeitamente funcional com uns gabinetes que se instalem para serviços e também pode funcionar aí as reuniões da Assembleia Municipal em condições dignas.

Há alternativas para a instalação também da assembleia.

Quanto ao valor disse, quanto às justificações disse, quanto à melhor fundamentação registo, porque, de facto, são coisas que facilmente se podem apresentar e justificar melhor a finalidade da operação.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – No relatório de avaliação são 2.400 mil, porque é que a proposta vem com 2.600 mil, qual é a diferença dos 170 mil euros?

**Vice-Presidente da Câmara** – Numa frase, trata-se de uma compra e de uma venda, o comprador paga o preço que aceitar e o preço é feito pelo vendedor, disse-lhe o valor de mercado, não estou a brincar.

Há uma avaliação que chegou, mas há um preço de venda que só veio até aos 2.600 mil e o município, o executivo teve que ponderar se aceitava, se era bom ou não era bom. O valor de mercado é este, é uma compra e uma venda, o vendedor não baixou daqui e o executivo achou que era útil e que era uma boa compra. É essa a explicação.



**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Fica registado, há 170 mil euros que não têm justificação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 de AC, e 4 abstenções, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

**7. Deliberação n.º 159/18 – Proposta n.º 36/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Aceitação de doação de parcela de terreno, com área de 269 400 m2, sita em Herdade de Santas, da freguesia de São Sebastião, feita pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana**

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Tratando-se de um prédio com 67 hectares só vem à posse da câmara ou a doação que está em causa são de 26 hectares, pergunto se há alguma operação de destaque.

Depois se isto já tem alguma finalidade objetiva, algum destino.

**Vice-Presidente da Câmara** – Operação de destaque, trata-se apenas da mudança do detentor do terreno, do proprietário do terreno e está a transferi-lo para a câmara e isso é para responder a uma intenção de projeto. É para a instalação do *Waiver Park*, que é um parque de diversão aquático. Julgo que está por aí referido.

Será talvez novidade ou quase novidade o facto de um instituto público transferir para o município, sem custos, claro que se tem que ter em conta que naquele local pouco ou nada se poderá fazer diferente disso.

Aquele terreno é um canal que está ao lado de uma vala real, é um terreno de área protegida, cujo impacto ambiental está a ser feito e ali será apenas ocupada a área e feita a construção, se calhar nenhuma construção será definitiva que são para diversões aquáticas, permitidas no estudo da avaliação de impacto ambiental que está em desenvolvimento.

É claro que os interessados vão tendo alguma informação da evolução desse estudo para terem a noção se é viável ou não é viável a pretensão de levar o projeto por diante, daí que o IHRU se tenha disponibilizado a avançar já com a cedência desta área para essa finalidade.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

**8. Deliberação n.º 164/18 – Proposta n.º 37/2018 – DAFRH/DIRH – 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2018**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.



Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

### **9. Deliberação n.º 177/18 – Proposta n.º 45/2018 – DAFRH/DIGEF – 1.ª revisão ao orçamento**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor da CDU e 3 abstenções, do PS, PPD/PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

**Manuel Fernandes (PS)** – Esta proposta de revisão do orçamento que aqui se apresenta, foi debatida também em sede de comissão e verifica-se efetivamente que das seis rubricas que são acrescentadas, quatro aumentam a despesa.

Como é sabido, o Partido Socialista votou contra o orçamento, no entanto o orçamento sendo aprovado é da responsabilidade do executivo da CDU e a revisão orçamental, sendo feita esta revisão da forma como está a ser proposta, obviamente também da responsabilidade da CDU é uma revisão aumentando a despesa.

Uma vez que estas rubricas são reforços de verbas, e são reforços de verbas que ultrapassam apenas um período anual, são vários anos, com os quais se pretende reforçar essas verbas de despesa. A pergunta que se coloca é se o executivo de alguma forma pensa compensar esta despesa extra com alguma receita extra ou se efetivamente aquilo que está aqui previsto já está salvaguardado naquilo que são as atuais receitas da câmara, uma vez que nós temos verificado todos os anos que o grau de execução dos orçamentos fica sempre por volta dos 60%, 65%, à volta disso, não passa daí.

**Afonso Luz (CDU)** – Esta revisão orçamental é uma revisão que todos os anos vem a esta assembleia, trata-se apenas e só da aplicação do saldo de gerência do ano anterior, não percebo sequer a intervenção anterior face a isto. Não há aqui a questão de aumentar a receita, é evidente que o dinheiro existe na câmara e é apenas distribuído por verbas.

Não percebi também destes reforços e destas alterações que aqui são propostas e gostaria de saber também, da parte do Partido Socialista, o que é que não faria, do que está aqui quais faria ou se não faria nada, simplesmente o saldo de gerência ia-se acumulando e depois um dia se havia de ver.

**Manuel Fernandes (PS)** – Oh senhor deputado, na sequência da sua intervenção, cumpro-me dizer que essa questão foi colocada em sede de comissão e o senhor deputado estava lá e certamente ouviu a resposta do Sr. Vice-Presidente que está aqui presente.

A resposta foi que assumiu efetivamente que iria haver um acréscimo de despesa, portanto, não percebo qual é a sua dúvida, se foi assumido e se foi dito pelo Sr. Vice-Presidente que aqui está, qual é o problema em assumir que existe efetivamente um acréscimo de despesa?

A pergunta que se colocou foi, se ao longo de vários anos, porque estão aqui algumas rubricas que ultrapassam apenas o período anual da execução orçamental, se está previsto alguma receita extraordinária para compensar este acréscimo de despesa ou não? É só isso.

**Afonso Luz (CDU)** – Isto é dinheiro que já existe, não é receita nenhuma, não acresce receita nenhuma. O dinheiro existe.

Então vamos pôr assim, é receita que transitou do ano anterior.



**Vice-Presidente da Câmara** – Uma ajuda só sem argumentar nada. Uma ajuda à leitura. Está escrito na fundamentação da proposta “*Os saldos de gerência não podem ter outra utilização, senão a aplicação em despesa orçamental.*”. A receita é para aplicar em despesa, não pode ter outra, não pode ser para mais ninguém nem para mais nada. Está aí escrito assim “*Elaborada e aprovada a prestação de contas 2017, o saldo de gerência apurado é de 85 mil euros*”, é curioso e é bom também notarmos... Oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro euros, sendo aplicado nas rubricas “*Planos*” acima mencionados. Está cá dito e é só somar para ver se corresponde ou não corresponde.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, e 17 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

**10. Deliberação n.º 178/18 – Proposta n.º 46/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para o fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e para alunos do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública do concelho de Setúbal, no ano letivo de 2018/2019, podendo o prazo de execução do contrato ser prorrogado por mais um ano letivo**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

**António Batista (PS)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade. (A Ata/Parecer não foi entregue aos serviços de apoio)

**Suzel Costa (PAN)** – Gostaria de saber porque motivo o concurso público não inclui a opção vegetariana como uma verdadeira alternativa diária em vez de a tornar obrigatoriedade para os alunos que se inscrevem logo no início do ano letivo.

**Vereador Ricardo Oliveira** – Nos refeitórios escolares não há possibilidade, não há condições para haver opção de refeição, não há opção por prato de carne ou por prato de peixe, não há opção por hidrato de carbono massa ou por arroz ou batata. Há um plano e a câmara disponibiliza para todas as crianças do nosso concelho o tipo de alimentação que é adequada para a criança e o tipo de alimentação que, nos termos do que são crenças religiosas dos pais, se adequa à sua alimentação, do que são necessidades por motivos de saúde se adequa à sua alimentação e nos termos das convicções sobre o tipo de alimentação que as suas crianças devem ter, se deve ser uma alimentação vegetariana ou não e isso está previsto no caderno de encargos.

Naturalmente não permitimos que haja opções diárias de qual é o prato que a criança quer tomar. Estamos a falar de refeições escolares para crianças dos três anos aos dez anos, não estamos a falar de serviço de refeição para jovens de 16, 17, 18 anos aos 25 anos, onde a capacidade de decisão e mesmo do funcionamento dos próprios refeitórios é outra. Por isso e até para que não haja a possibilidade de desperdício e para que todas as crianças possam ter a alimentação adequada, na quantidade adequada e nos termos que são profundamente



controlados por nutricionistas da câmara que, pelo que está previsto no caderno de encargos, controlam toda a operação.

É a alimentação que disponibilizamos e que com muito gosto temos, até pela apreciação global que fazemos, a qual é bastante positiva, naturalmente, com questões pontuais de gostos diferentes, como haverá sempre quando alimentamos alguns milhares de crianças todos os dias.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**Suzel Costa (PAN)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Legalmente a câmara está protegida, de facto, pela Lei 11/2017, de 17 de abril, que afirma que cabe à entidade gestora de cada cantina e refeitórios públicos o determinar o modo de disponibilização da opção vegetariana, porém ao optar por esta modalidade a autarquia não está a permitir que alunos que não se inscrevam para uma opção vegetariana em todo o ano letivo tenham acesso ocasional à mesma e faz com que aqueles que se inscrevam não possam comer peixe ou carne, uma vez também na vida.*

*A oferta deste tipo de refeições pode ter adeptos entre não vegetarianos que ocasionalmente escolhem uma opção vegetariana apenas para variar ou na procura de novos sabores, tal como um aluno que escolhe carne um dia, no outro pode escolher peixe.*

*Há uma discriminação entre um aluno que é vegetariano e nunca pode comer carne ou um aluno que come carne nunca pode comer vegetariano.*

*A aquisição de hábitos alimentares saudáveis nesta fase pode assegurar que estes perdurem ao longo de toda a vida deles.”*

#### **11. Deliberação n.º 179/18 – Proposta n.º 47/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para a concessão do direito de exploração do Bar/Cafeteria do Parque Urbano de Albarquel**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

#### **12. Deliberação n.º 180/18 – Proposta n.º 48/2018 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo PORTUGAL 2020 – Adenda**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – Foi levantada a hipótese de o recurso ao empréstimo ser efetuado via Banco Europeu de Investimentos por considerar o financiamento com condições mais vantajosas dado o recente acordo entre o Governo português e BEI.

O Sr. Vice-Presidente e a Sra. Chefe de divisão de gestão financeira afirmaram desconhecer esse acordo.





A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 do BE, e 2 abstenções do PS e PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

**Manuel Fernandes (PS)** – Foi falado na Comissão de Economia e Finanças, pelo menos foi avançada a possibilidade, de no quadro comunitário, sendo uma possibilidade através de um novo acordo firmado entre o Governo Português e o Banco Europeu de Investimentos se havia ou não a possibilidade deste empréstimo ser contraído ao abrigo desse acordo.

Fiquei com a dúvida se o Sr. Vice-Presidente iria tomar diligências ou não no sentido de se precaver, sabendo se havia essa possibilidade ou não de ainda usufruir deste despacho que foi divulgado há pouco tempo.

Isto é um acordo ainda recente, mas sabendo, pelas informações que dispomos, que já está disponível para estes empréstimos ao obrigo Portugal 2020. Verificando todos os investimentos que estão aqui elencados e ao abrigo deste pedido de empréstimo, todos eles são elegíveis no despacho que emanou deste acordo entre o Governo Português e o BEI.

A questão que se coloca é se o Sr. Vice-Presidente tomou então algumas diligências no sentido de se informar, porque na altura na comissão, recorde-me bem, disse que não tinha informação acerca deste despacho e se vai optar por enviar este empréstimo, seja ele direcionado ao abrigo do Banco Europeu de Investimento, ou se vai manter a proposta que aqui temos presente.

**João Viegas (CDS-PP)** – Em relação a esta proposta, trata-se de uma adenda e, mais uma vez, há aqui uma falta de informação e era importante para os membros desta assembleia perceberem porque fala aqui na sequência de recomendações do Tribunal de Contas, as quais levaram a uma redução em relação à proposta inicialmente apresentada e que foi aprovada por esta assembleia de 1.115.368,55€. É um valor relevante e seria importante também percebermos qual foi o teor das recomendações, porque não temos acesso a essa informação.

Foi discutido na comissão? Como é óbvio os membros desta assembleia não estão todos representados nessa comissão e, portanto, se foi gostaria que fosse repetida.

Mas seria importante que futuramente essa informação constasse das propostas, é uma análise de uma forma mais transparente de colocar estas questões.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Faço parte dessa comissão e levantou-se a questão e também fiquei com esta questão que o colega de bancada do CDS colocou.

Gostaria de ter tido acesso à recomendação do Tribunal de Contas e saber qual foi então a recomendação para que o município tivesse que reduzir neste valor o empréstimo que já tinha feito.

**Vice-Presidente da Câmara** – Quanto à informação da recomendação do Tribunal de Contas é muito simples, entre a apresentação do visto do Tribunal de Contas do volume de obras e dos valores a pagamento até à emissão do visto decorreu um prazo que foi suficiente para ir sendo feitos pagamentos e no momento do visto do Tribunal de Contas já havia informações atualizadas, já havia a necessidade de fazer o ajustamento para o valor que estava a pagar.

O Tribunal não ia visar para um empréstimo propriamente de obras que já estavam pagas, portanto, é essa adequação ao valor que está ainda por pagar que foi o ajustamento correspondente à recomendação do Tribunal de Contas.

Quanto aos empréstimos do BEI informei-me sim, senhor deputado Manuel Fernandes, aliás, como disse a decisão era de há pouco tempo, de há poucos dias e não a conhecia, mas alguém



informou também dos serviços que nem sequer está operacionalizada e nem regulamentada, portanto, algumas coisas ainda não estão em execução ou executadas que podem ser sujeitas ao BEI.

Claro que o município não desperdiçará nenhuma oportunidade de recorrer ao BEI, porque não tem mau perder e não fica afetado pelo facto de não ter sido permitido a utilização do empréstimo BEI autorizado para todas as obras do QREN feitas no mandato anterior.

As obras do QREN, que o Partido Socialista ao fechar a porta, antes de se ir embora do Governo, deixou bloqueada e todas essas obras, tudo o que fizemos no Bairro do Troino, as obras do QREN saíram todas da tesouraria da câmara, porque foi negado pelo Partido Socialista a utilização do empréstimo BEI, mas ganhámos a causa posteriormente em Tribunal Administrativo. Muito obrigado, tínhamos razão, mas as obras estavam feitas e pagas ou em pagamento.

Senhor deputado, não se lembrou disso se calhar, mas o problema do BEI não é utilizá-lo, não é pedir, não é recorrer à possibilidade de utilização, é que não haja um governo que nos bloqueie o acesso ao empréstimo em concreto, neste caso a todo o QREN.

Com a revolução que fizemos na cidade de Setúbal, saiu tudo da tesouraria, sem nenhum recurso a apoio financeiro e isso custou uns anitos de aperto, dos quais só saímos agora. Custou uns anos de aperto financeiro, mesmo assim saímos das atuais condições de saneamento financeiro ou de reequilíbrio na atual Lei de Finanças Locais em que já não está incluída a Câmara de Setúbal.

Foi uma gestão apertadíssima, mas agora falarem em empréstimos do BEI como se nos estivesse a chamar a atenção, “Cuidado que vocês não estão a aproveitar a oportunidade que o Governo negociou com o Banco Europeu de Investimentos ou com Bruxelas”, não me venha com essa conversa. Aproveitamos a oportunidade? Sim! Assim o Governo que estiver de serviço nos deixe usá-la.

**Manuel Fernandes (PS)** - A intervenção do Sr. Vice-Presidente deixa em aberto todas as possibilidades de recurso ao BEI, até mesmo porque aquilo que dispomos em termos de informação é que a linha está aberta e tal como foi falado na altura na comissão, levantou-se o problema da regulamentação e esse problema não se coloca.

Por informações que dispomos não necessita de qualquer tipo de regulamentação para recorrer a esta linha que está aberta, portanto, há a possibilidade de recorrer ao BEI, sim senhor. Há a possibilidade, porque houve um acordo firmado entre o Governo atual e o Banco Europeu de Investimentos com condições mais vantajosas do que a banca comercial.

Senhor Vice-Presidente ou recorre ou não recorre em função daquilo que a câmara o entender fazer.

Obviamente que já se percebeu, pelo seu tom, que não vai recorrer, não se pode é queixar de investimentos anteriores, os quais todas as obras estruturantes que foram feitas no concelho beneficiaram de fundos estruturais, de fundos europeus.

Não houve nenhuma obra feita no concelho de Setúbal de forma estruturante, estou a falar de obras estruturantes, que não tivessem o apoio comunitário, portanto, Sr. Vice-Presidente peço imensa desculpa, mas aquilo que disse foi apenas para empolar o tom de algo que, efetivamente, não se verifica e não sei se é ou não intenção deste executivo recorrer à disponibilidade agora aberta através do despacho 6200/2018 que foi publicado no dia 26 atempadamente, antes da tomada de decisão. Dia 26 deste mês, há 3 dias.

A decisão não está tomada Sr. Vice-Presidente.

O que interessa saber é se o executivo está ou não disponível, por exemplo, para retirar a proposta, para recorrer à linha de crédito ao BEI ou não. Se não está interessado não o fará, a



decisão é do executivo da câmara não é, obviamente nem dos partidos da oposição e nem do Governo.

**João Afonso Luz (CDU)** – A propósito da sugestão do senhor deputado Manuel Fernandes, uma pergunta a ele dirigida, este acordo entre o Estado Português e o Banco Europeu de Investimento já está regulamentado?

**Manuel Fernandes (PS)** – Acabei de dizer na resposta anterior, as informações de que dispomos é que não carece de regulamentação até porque ele já está publicado em Diário da República e pode perfeitamente ser acessível a qualquer tipo de investimento desde que seja elegível ao abrigo do FEDER ou dos Fundos de Coesão.

**Antonieta Saragoça (CDU)** – É curioso, porque nós falamos destas coisas na comissão, mas quando aqui vimos e lemos o parecer dado na comissão, referimo-nos apenas se a deliberação foi aprovada e por quantos votos, eu sugiro que comecemos a colocar nas atas o que é que, de facto, se passa nas comissões e quais foram os esclarecimentos que foram dados, porque evitaria, desculpem-me a expressão “perca de tempo”.

Há coisas que foram ditas aqui e que efetivamente foram nas várias propostas que aqui foram vistas hoje e as questões que foram levantadas pelos senhores deputados, legitimamente, até foram dadas no decurso da reunião da Comissão de Economia e Finanças, nomeadamente a resposta à questão de vamos retirar esta proposta aqui e vamos fazer uma nova, fazendo o concurso à linha BEI e a resposta foi dada.

Há aqui coisas que já foram aprovadas, portanto, este financiamento está garantido, está um processo feito que não se vai retirar e voltar para trás e iniciar de novo com toda a perca de tempo e com todos os custos, não digo financeiros, mas de outra natureza que têm e foi informado que haverá dois projetos daqueles que não estão ainda nessa situação de não poder voltar para trás.

A resposta foi dada naquela altura e foi dada agora também, naturalmente ir-se-á recorrer à linha BEI se for caso de se ver que é, de facto, mais vantajoso e com certeza será.

Julgo que a resposta está dada e acho que estamos aqui a empolar as coisas e sugiro é que o que se passa nas comissões possa ser mencionado quando se refere o número de votos e a deliberação tomada para evitar estas situações.

Ausentou-se da sala a Sra. Deputada Carla Vilhena.

**Manuel Fernandes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: “Foi recentemente celebrado um acordo sobre a forma de empréstimo quadro entre o Governo e o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos fundos europeus de forma mais vantajosa do que o recurso à banca comercial.

Tal acordo foi publicado no despacho 6.200/2018, através do Diário da República, 2ª série, de 26 junho de 2018.

A linha de financiamento criada, através do BEI, com valor de 250 milhões, tem como finalidade acelerar a execução de investimento autárquico aprovado em programas operacionais do Portugal 2020. Os seus beneficiários são as autarquias locais, entidades intermunicipais e empresa do setor local.

O Partido Socialista aprovou nesta assembleia o pacote de projetos propostos pelo executivo cofinanciados pelo Portugal 2020, agora referidos no pedido de empréstimo ao BPI. O Partido Socialista deu também voto favorável à solicitação de um pedido de empréstimo referente a



projetos cofinanciados pelo Portugal 2020, permitindo ao executivo obter, de entre as soluções possíveis em aberto, a que melhor responde aos interesses setubalenses e azeitonenses e menos penaliza as contas da autarquia, em termos financeiros, mitigando o endividamento futuro.

Assim, o PS absteve-se, entendendo que a possibilidade deixada em aberto pelo Governo do Partido Socialista através da linha de crédito disponível no acordo com o BEI responderia, talvez, de forma mais eficaz, uma vez que não houve consulta às necessidades de financiamento a levar a cabo para a realização dos projetos propostos e aprovados nesta assembleia, com menos custos para os setubalenses e azeitonenses.”

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 19 da CDU, 2 do BE e 1 de AC, 1 voto contra do CDS-PP e 13 abstenções, 9 do PS, 3 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**13. Deliberação n.º 181/18 – Proposta n.º 49/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso público para a concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de postes de sinalética direcional publicitária no concelho de Setúbal – Concurso público n.º 9/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP**

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

**14. Deliberação n.º 185/18 – Proposta n.º 19/2018 – DURB/DIPU/GAMOT - Regulamento Específico de Zonas de Estacionamento Controlado na Praia da Figueirinha**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – Neste ponto o Sr. Vice-Presidente respondeu a várias questões colocadas pelos deputados presentes pelo que importa salientar a necessidade de controlo do estacionamento sem regras naquela zona do concelho, numa altura de maior afluência às praias. A preocupação ambiental também foi motivo apresentado, assim como, a falta de tempo para apresentar outras soluções.

O Sr. Vice-Presidente referiu ainda o investimento superior a 50 mil euros para manter os 6 agentes da GNR e estrutura de controlo que impede a circulação, assim como, estima um investimento rondando um milhão de euros para a requalificação do piso da Figueirinha, na melhoria do estacionamento, no saneamento básico para a praia da Figueirinha e transportes. Acrescentou o Sr. Vice-Presidente ainda, o facto de se avaliar no fim da época balnear esta situação.

A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e 3 votos contra do PS, PPD/PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.



**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor da CDU, 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PPD/PSD, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – O meu voto contra é relativamente por princípio e por ser contra o pagamento de estacionamento, ou seja, sou contra o estacionamento tarifado.

Também levanto aqui algumas questões relativamente ao facto de estarmos a ocupar, com as viaturas oficiais de várias entidades, cerca de 20 lugares de estacionamento que poderiam ficar libertos.

Porquê aqueles lugares que estão ocupados pelas entidades oficiais e que estão autorizadas a passar as cancelas? Elas poderão ficar noutras locais, noutras bolsas de estacionamento mais junto às arribas, seja onde for, mas libertar ali espaço para que o público possa ter também acesso a estacionar. É só o que me apraz dizer.

**Carlos Batista (PS)** – Já todos sabem qual é a posição do Partido Socialista, concorda com medida tomada e na altura quando o executivo assinou o protocolo com as Estradas de Portugal congratulamo-nos com a assinatura deste protocolo, porque achávamos que era importante e é importante regular o estacionamento, os acessos às praias de Setúbal.

Estamos plenamente de acordo com isso e vamos, com certeza, dar o nosso modesto contributo na comissão que agora foi aprovada nesta assembleia.

O que, de facto, o Partido Socialista não concorda é com o tarifário que vai ser implementado nos parqueamentos, não concorda com o preço dos transportes e também com a frequência desses mesmos transportes.

Não concorda também, e esta parte é muito importante, com o fecho do nó entre a Figueirinha e o Creiro, porque a cancela que, na altura, o PS também tinha dito que seria uma medida, era a última medida a ser tomada e esta deixou de ser a última para ser a primeira.

Talvez ali naquele troço nós pudéssemos iniciar uma nova etapa, ou seja, incentivar as pessoas, educar as pessoas para que não estacionem naquele troço. Como fazê-lo? Com placares informativos que iria desde a Figueirinha até ao Creiro e com uma patrulha da GNR com uma motorizada a autuar toda e qualquer pessoa que parasse ali o carro.

Talvez com esta medida conseguíssemos educar as pessoas a cumprir as leis, porque o que a câmara está a fazer neste momento, e compreendo, é estar a colocar barreiras para que as pessoas não estacionem, porque as pessoas não querem cumprir a lei, mas temos que as educar, porque nos outros países as pessoas também foram educadas assim.

Há necessidade de as pessoas terem que ser penalizadas, as pessoas têm que sentir que são penalizadas, elas não podem pensar que poderão deixar os carros em qualquer lado e não são punidas. É este princípio, este troço que está encerrado e que nós devíamos começar a fazer essa educação.

**João Viegas (CDS-PP)** – A proposta que estamos aqui a analisar em concreto, refere-se única e exclusivamente ao regulamento das zonas de estacionamento controlado na Praia da Figueirinha, como é óbvio, estas questões estão relacionadas e por isso também foi aprovada a criação da Comissão Eventual.

Em relação à questão do estacionamento, no passado tive a oportunidade de defender numa sessão pública, quando foi feita a apresentação do Plano de Mobilidade e Transportes para Setúbal, que o parque de estacionamento na Figueirinha deveria ser tarifado. Isto porque,



quem ao longo de muitos anos se desloca para aquelas praias tem percebido que aquele parque também era utilizado de uma forma abusiva.

É óbvio que ninguém gosta de barreiras, ninguém gosta de ter estacionamento tarifados, isso é tudo verdade, mas como muitas pessoas abusam é que são criadas dentro da cidade inúmeras barreiras.

O facto de termos muitos pilaretes a impedir que os automóveis estacionem nos passeios é precisamente porque de uma forma sistemática as pessoas, sabendo que não podem estacionar em cima do passeio, o fazem, impedindo muitas vezes as pessoas de circular nesses mesmos passeios.

Em teoria é muito fácil de falar, mas ao longo de muitos anos e nos últimos anos era perfeitamente impossível circular em determinadas horas entre a Figueirinha e o Creiro, porque com o estacionamento em ambos os lados e com a circulação, mesmo fazendo-se só num sentido e no meio, era perfeitamente impossível circular ali em determinadas horas, para além do acesso, da necessidade de muitas vezes de socorro.

No ano passado, em concreto, foram testadas ali diversas tentativas de diminuir essa forma abusiva como se estacionava naqueles locais.

Tive a oportunidade também de falar com as forças de segurança, é preciso também tentarmos perceber que para uma extensão de 8 quilómetros de estrada quantos elementos das forças de segurança seriam necessários para controlar aquela situação.

É preciso também termos esse cuidado e espero que a comissão possa ter oportunidade, através dessas entidades, de esclarecer muitas das dúvidas, porque não têm meios. A questão de colocar um GNR, como foi aqui dito, com uma motinha a fiscalizar 8 quilómetros, é perfeitamente inimaginável uma situação dessas, só quem não presenciou o que ocorreu em anos anteriores é que, na minha opinião, pode sequer referir-se a essa situação.

Em relação a esta proposta votaremos favoravelmente.

**Carla Vilhena (PPD/PSD)** – Sobre o acesso às praias, quem está atento às redes sociais sabe que foi publicado um artigo no *site* “Portugal, conheça as zonas mais bonitas do país” tinha um título muito apelativo em relação à praia da Figueirinha “Uma pérola de águas calmas e areia branca”.

Se, felizmente, existe cada vez mais turistas em Setúbal e no concelho de Setúbal, com esta boa publicidade, têm também vontade de conhecer as nossas belas praias.

Lembramos que foram postas cancelas, de que forma é que são informados estes turistas que vão ter que utilizar ou que vão ter que pagar para utilizar as nossas praias? Se bem que a primeira informação, e estou a falar dentro da localidade de Setúbal, a mais perto está no fim da Avenida Luísa Todi, portanto, depreende-se que um turista, por exemplo, que queira vir fazer canoagem e venha desprevenido tenha que voltar para trás, o que já sucedeu e basta ir à comunicação social verificar que isto já sucedeu. Aqui já estamos a fazer um entrave ao turismo.

Neste momento, estamos numa altura em que as crianças estão no ATL e vão para as praias, nomeadamente para a Figueirinha, vão de autocarro, não sei se a autarquia tem a noção onde é que se posicionam estes autocarros enquanto os meninos estão na praia, quantos autocarros são e se existe algum plano de emergência para a quantidade destes autocarros ali estacionados.

Se estão tão preocupados com os planos de emergência, então para salvaguardar as nossas crianças, esse plano está salvaguardado?



Por fim e temos, por princípio, o utilizador-pagador, temos que falar dos filhos da terra, dos setubalenses e azeitonenses, que são gentes da nossa terra. Para uma família de classe média não ficará pesado demais no seu orçamento familiar as suas férias serem feitas nestas praias? O princípio da rotatividade será, ficas em casa, porque só poderemos ir um dia ou dois dias por semana à praia.

A nossa bancada deixa uma sugestão, para que não digam que estamos sempre a criticar, porque é que não existe bilhetes familiares, por exemplo, de forma a aliviar e a incentivar as pessoas com o desagrado de ver cancelas, que não concordo e nunca fui muito a favor de barreiras físicas.

Se existissem bilhetes familiares de forma a incentivar as famílias de classe média, poderiam ir mais vezes e utilizar a rotatividade em vez de, ou ficas em casa, porque não podemos ir à praia hoje, uma vez que é dispendioso.

**João Luz (CDU)** – Acompanhamos esta proposta, entendemos que mais do que a regulação do trânsito ou para além da regulação do trânsito e do estacionamento há matérias de incentivo à utilização do transporte público que tem que estar em cima da mesa e há um conjunto de preocupações que no quadro desta discussão têm sido aduzidas e que nos levam a refletir se são reflexões que surgiram só agora neste quadro e neste ano e se em anos anteriores não surgiam.

Designadamente no que diz respeito a esta questão do turismo, foi feito um estudo de capacidade de carga da Arrábida onde foram feitos trabalhos de campo, de inquirição dos visitantes de Setúbal e fora de Setúbal, não houve essa escolha de serem daqui ou dali. Dentro das questões que eram colocadas como aspetos negativos da visita, aliás era o aspeto mais referido, colocava-se a questão do estacionamento e a questão da mobilidade.

As perguntas que se colocam: O que é que Setúbal tinha a dizer aos turistas que nos visitavam relativamente às condições de segurança e às questões de emergência, se acontecesse alguma situação numa daquelas praias? Que informações é que Setúbal dava aos turistas que vinham às praias da Arrábida sobre o tempo e a demora nos acessos? Que informação é que Setúbal e os setubalenses davam aos turistas que aqui nos visitavam sobre a experiência da visita à Arrábida?

Senhores deputados, eu não sei, cada um terá evidentemente a sua experiência própria e o seu caso pessoal, não é isso que quero trazer para aqui, mas convenhamos que é unânime que a visita das praias da Arrábida no período do verão era um autêntico martírio para ir e para voltar. As situações verificadas com veículos de emergência, as situações verificadas com transportes públicos que não conseguiam aceder às praias da Arrábida, algo estava errado.

Outra questão, o número de pessoas no concelho de Setúbal que não possuindo viatura própria estavam limitadas à praia da Figueirinha e que agora deixaram de estar, e deixaram de estar até sem custos acrescidos.

Há aqui um conjunto de matérias que nos obrigam a olhar para esta proposta de uma forma mais lata, compreendendo tudo aquilo que são aspetos de resistência à mudança, de dúvida, de interrogação, até aspetos que possam estar menos bem conseguidos no quadro das propostas que estão apresentadas, mas julgo que o nosso contributo, enquanto eleitos nesta Assembleia Municipal, é o de contribuir para um outro olhar sobre aquela realidade e um incentivo, uma utilização e uma relação dos setubalenses com as praias da Arrábida.

Julgo que podemos, coletivamente no quadro desta assembleia, conseguir dar um contributo grande para essa alteração de mentalidades e essa alteração no quadro da relação existente.



**Vitor Ferreira (PS)** – Um ponto de ordem à Mesa. Agora vou ter oportunidade de dizer o seguinte, fiz uma proposta na Comissão Permanente de fazermos uma diferente gestão dos tempos e uma das bancadas representadas na Comissão Permanente que foi contra essa possibilidade de acrescentarmos algum tempo ao tempo que já tínhamos, foi o PSD. É só para lembrar isto, porque agora dá-lhe jeito.

**António da Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Eu não vou responder ao senhor deputado. Era só para manifestar o desacordo, não pelo princípio do utilizador pagador, mas por ser uma medida que foi prioritária quando foi confrontado com um problema de dificuldades de acessibilidade e segurança à Serra e às praias. Ora, acho que se começou pelo fim, porque as obras que eram precisas fazer para disciplinar e garantir o acesso, estão a fazer-se e bem, a questão foi começar logo por penalizar as pessoas. Acho que o princípio não vai gerar rotatividade e ainda bem que a câmara recuou na questão do valor privativo dos 500€ pela época balnear. Vamos votar contra, não por razões do princípio, mas porque a argumentação não se enquadra na solução do acesso às praias, passa por outras medidas que nós vamos procurar contribuir.

**João Viegas (CDS-PP)** – Muito rapidamente, porque me esqueci de referir isto na intervenção, nas propostas que o CDS entregou ao executivo camarário, defendemos não alterar a questão das tarifas, mas sim que essa verba pudesse reverter para diminuir o custo do transporte coletivo.

**Vice-Presidente da Câmara** – Rapidamente antes que a confusão se instale mais nas nossas cabeças, porque eu já estou sem argumentos. Vamos por ordem, senhor deputado Vieitas, 20 lugares para entidades oficiais, nada disso, tem que haver lugares para a Capitania, tem que haver para a GNR, tem que haver para os serviços técnicos, só isso e não são 20. Depois há ao longo daquela faixa também estacionamento de autocarros para as crianças e há para os concessionários das praias. Quem o houve dizer “entidades oficiais” parece que há de haver ali uns quantos carros de pessoal da câmara que vai à praia e tem lá o lugar pago. Há o senhor estava a sugerir isso? Que mal-intencionado que o senhor é, caramba.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Eu? São as suas palavras, o senhor é que está a fazer essa...

**Vice-Presidente da Câmara** – Estou a verbalizar o gesto que o senhor fez, mas isso não interessa, está explicado. O gesto que o senhor fez disse tudo. Mas que mal-intencionado caramba.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Senhor Presidente, quero fazer aqui um ponto de ordem à Mesa. Desculpe lá interromper. Julgo que a Assembleia Municipal deve ter alguma seriedade, deve ser pelo adiantado da hora e já estamos a descomprimir o tempo que estamos aqui a passar. Consigo perceber isso, mas ao ponto de estarmos agora aqui a fazer afirmações e todos se estarem a rir, penso que não estou em nenhuma casa de espetáculos ou algo do género, estou na Assembleia Municipal de Setúbal e como tal peço que haja mais decoro, pelo menos nas intervenções.





**João Luz (CDU)** – Senhor Presidente uma interpolação à Mesa pelo seguinte, estava um membro desta assembleia, na qualidade de membro do executivo no uso da palavra, o senhor deputado Pedro Vieitas, com um conjunto de formulações sobre a seriedade dos trabalhos, interrompeu e pessoalmente não compreendo como é que a Mesa não lhe interrompeu e lhe deu a palavra.

**Vice-Presidente da Câmara** – Encerrando a questão quanto ao número de lugares, fazer notar que o número de lugares no estacionamento da Figueirinha é exatamente o mesmo, quer sejam pagos, quer sejam gratuitos. É o mesmo.

O facto de serem pagos impede o acesso à praia é um argumento falacioso que não tem qualquer fundamento. Pode-se concordar se o preço é mais alto ou se é mais baixo e aí a questão tem esta resposta, como é que explicaríamos à população que é mais barato estacionar para efeitos de lazer junto à praia num estacionamento que teve custos e foi agora remodelado com dinheiros públicos e que devia ser à borla ou com um custo mínimo e mais caro que o estacionamento na cidade para ir trabalhar ou para viver o dia-a-dia.

Porque é que havia de haver um financiamento público para este estacionamento mais barato para o lazer? O mesmo se diga em relação aos custos dos transportes, porque é que havia de ser mais barato ir para a praia do que ir trabalhar? Qual é a razão social ou a razão moral para defender uma coisa dessas? Como é que se explica à população que o preço dos autocarros haverá de ser mais barato para ir à praia do que para ir trabalhar? Não há nenhuma razão.

Quanto ao tipo de bilhetes, há os pré-comprados que são mais baratos e o IMT, que é a entidade que faz a tabela dos custos dos transportes interurbanos e não a Câmara Municipal, permite que haja um passe mensal que custa 48,90€.

Uma pessoa que faça um mês de praia ou 3 semanas de praia, com esses 48,90€ tem o transporte para ir e vir assegurado o tempo todo por pessoa. São as regras de construção dos preços dos transportes interurbanos e também não há razão moral nenhuma nem social que nos assista a permitir defender que ir de transportes para a praia deve ser mais barato do que fazer a vida do dia-a-dia, de vir de Setúbal para as Praias do Sado quando é preciso ir trabalhar ou quando é preciso ir ao Centro de Saúde. Não há razão moral nem social para isso.

Entendemos que não há nenhum disparate, até por essa falta de razão social deve haver sim tarifário para o lazer, porque é o uso de um benefício, é o usufruto de um benefício que é um privilégio porque o bem é escasso.

Poder ir à praia da Figueirinha com estacionamento é um bem escasso, é raro, é para poucos e esses poucos que o podem usar não deverão compensar o coletivo, o total, com algum contributo, com algum pagamento.

Quanto à intervenção do senhor deputado Carlos Batista, registei e o senhor disse que o PS concorda. Registei três “o”, sublinhou que concorda com as medidas tomadas, palavras suas. O senhor elencou, mas não concorda com o tarifário do parque da Figueirinha, não concorda com o pagamento dos transportes, não concorda com a frequência dos transportes, não concorda com o constrangimento do trânsito entre a Figueirinha e o Creiro, então concorda com o quê senhor deputado?

Fiquei sem entender bem, o senhor concorda com três “o”, mas depois não concorda com as medidas em concreto. Recordo sim, é dessa sua intervenção o não impedimento e o corte de estrada. Há um condicionamento, a circulação continua a ser permitida, há apenas o automóvel individual que deixa de ser usado, não é porque esta seja a melhor medida do mundo e a definitiva, é porque são medidas por natureza provisórias.

Nunca se esqueçam, nas decisões que são tomadas, que estamos num quadro de uma intervenção provisória para minimizar e que pela primeira vez que a Câmara Municipal tem a



possibilidade de controlar a circulação e reduzir o risco efetivo de catástrofe que ali há e que têm ocorrido e todos reconhecemos unanimemente. Quando a câmara nunca podia intervir, porque era o IMT, porque era a EP, porque eram todas as autoridades e quando protocolou a cedência provisória, que queremos que seja definitiva, serviu para regular definitivamente aquele troço que é uma estrada, de facto, que tem um contorno maravilhoso à beira-mar e deve ser regulada.

Quanto aos “pobres” dos estrangeiros só tenho esta resposta, os nossos estrangeiros, os nossos turistas já estarão habituados, quase certo que a maior parte deles nos sítios para onde vão, nos melhores sítios de lazer do turismo há restrições e condicionamentos para que todos possam gozar melhor as praias e o acesso aos bens naturais que são escassos. Estão habituados a isso e talvez por isso o número de visitantes estrangeiros tem sido muitos mais e também fazem os *post* no *facebook*, reconhecendo a beleza e o descanso de estar ali naquela praia.

Atenção, estamos numa fase experimental, não votem isto, é uma chamada de atenção que também faço para a comissão, observa estas medidas como medidas provisórias, pela escassez de tempo que tem para as tomar, condicionamentos ao estacionamento que deve ser definitivo. E a educação? Claro, porque se não todos seríamos bons selvagens, era o ideal, mas a educação tem que ser feita com o exemplo e julgo que não chocará ninguém quando a câmara tiver, de facto, a posse da gestão daquela estrada que os impedimentos de estacionamento nas bermas da estrada sejam feitos da mesma maneira como está feito na estrada que passa por cima junto às antenas com blocos de paralelepípedos. É chocante? Não é natural aquilo? Mas está impedido, de facto, ali é também por razões de segurança, para os carros não caírem cá abaixo, para não caírem à água e para não poderem estacionar nas bermas e aí circularem todos em segurança.

É a segurança que está em causa e é o melhor usufruto de uma beleza natural que é escasso, há mais pessoas a poderem ir e nós vamos tirar e espero que a comissão produza um relatório que acompanhe a gestão deste processo todo e que no final tire conclusões objetivas, se houve mais ou se houve menos utilizadores das praias, se houve melhor ou se houve pior circulação no acesso às praias, se houve, de facto, maior ou menor redução do risco de um acidente grave. Espero que essas conclusões, que são as chaves, sejam objetivamente avaliadas por esta comissão para saber se estamos a fazer bem ou mal.

No resto, soluções definitivas serão tomadas para o futuro.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 19 da CDU, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 15 votos contra 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 2 do BE e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

**Vitor Rosa (BE)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Arrábida sem Carros foi o mote encontrado pela Câmara Municipal para regular o acesso às praias da Arrábida. Aquilo que deveria convocar todos os setubalenses e azeitonenses em torno da defesa de um bem comum, a Arrábida e as suas praias, tornou-se, afinal, num tipo de discussão e discórdia.*

*Tal aconteceu porque este executivo olhou apenas para um dos lados da questão, o tarifário de estacionamento e as delimitações de acesso a esse bem comum, esquecendo-se do outro lado da questão, as pessoas e as suas condicionantes económicas, sociais e de mobilidade.*

*A grande maioria dos setubalenses e dos azeitonenses até pode aceitar o atual tarifário de estacionamento proposto, o certo é que ele por si não resolve o problema da rotatividade de estacionamento limitado pelo número de lugares e aos preços, que se conseguir lugar são mais baratos que os praticados pelos transportes públicos disponíveis.*



*A incapacidade do executivo em negociar, junto dos TST, um maior número de autocarros, mais horários e tarifas mais baixas, transforma-se na prática numa limitação no acesso a Arrábida e às suas praias. O número de autocarros para as praias da Figueirinha e Portinho são manifestamente insuficientes para a procura expectável, os seus preços em nada ajudam e até limitam os setores mais carenciados da população do concelho.*

*Perante todos estes condicionamentos o executivo apenas aceitou, face ao regulamento apresentado, duas correções, eliminação do estacionamento pago 500€ e acerto na fórmula de cálculo do valor do tarifário. Inclusive, prevê neste regulamento o aumento e a atualização automática da tarifa em conformidade com a taxa de inflação no seu artigo 5.º, ponto 2.*

*Perante esta realidade pensamos que era possível a este executivo fazer mais e melhor, nomeadamente, junto dos TST.*

*Este é um processo que começa agora, mas se queremos uma Arrábida sem carros, também queremos uma Arrábida com pessoas.*

*Estas medidas agora aprovadas, levam-nos a considerar que tal não vai acontecer, antes pelo contrário, por isso o nosso voto contra.”*

**Suzel Costa (PAN)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Concordamos com o estacionamento controlado na praia da Figueirinha, mas um dos aspetos que discordamos na proposta, é o preço dos transportes públicos para a praia.*

*Sabemos que o mesmo não é da responsabilidade da autarquia neste momento, mas gostaríamos que esta tudo fizesse no futuro para que passasse a ser, ou seja, que a autarquia ponderasse assumir no futuro próximo a responsabilidade pela rede de transportes públicos municipais.*

*O tarifário do estacionamento também nos parece igualmente excessivo. O estacionamento controlado na Figueirinha, no Parque Natural da Arrábida é uma oportunidade, uma oportunidade para evoluir para transportes públicos municipais ecológicos, a preços acessíveis e simultaneamente ordenar o trânsito e aumentar a segurança nos acessos às praias da Arrábida. Sustentável e simultaneamente rentável será a aquisição de autocarros elétricos que fora da época balnear seriam usados na cidade.”*

**Presidente da Mesa** – Mais uma vez, quero agradecer à Junta de Freguesia do Sado, à Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-Vinda à Liberdade, mais uma vez agradecer aos trabalhadores da câmara que proporcionaram esta assembleia.

Aproveitar para desejar às senhoras deputadas e aos senhores deputados umas boas férias estivais e por fim desejar mais um bom ano ao senhor deputado Afonso Luz. Até setembro.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era uma hora e vinte minutos do dia trinta de junho, de dois mil e dezoito.

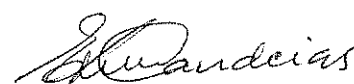
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de treze de setembro, de dois mil e dezoito, contém sessenta e oito folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



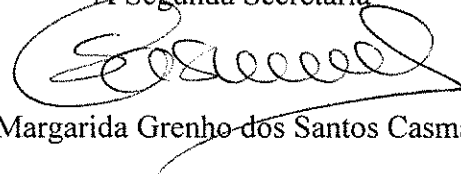
André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha

Elaborada e processada por: Helena Rosa

Verificada por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa